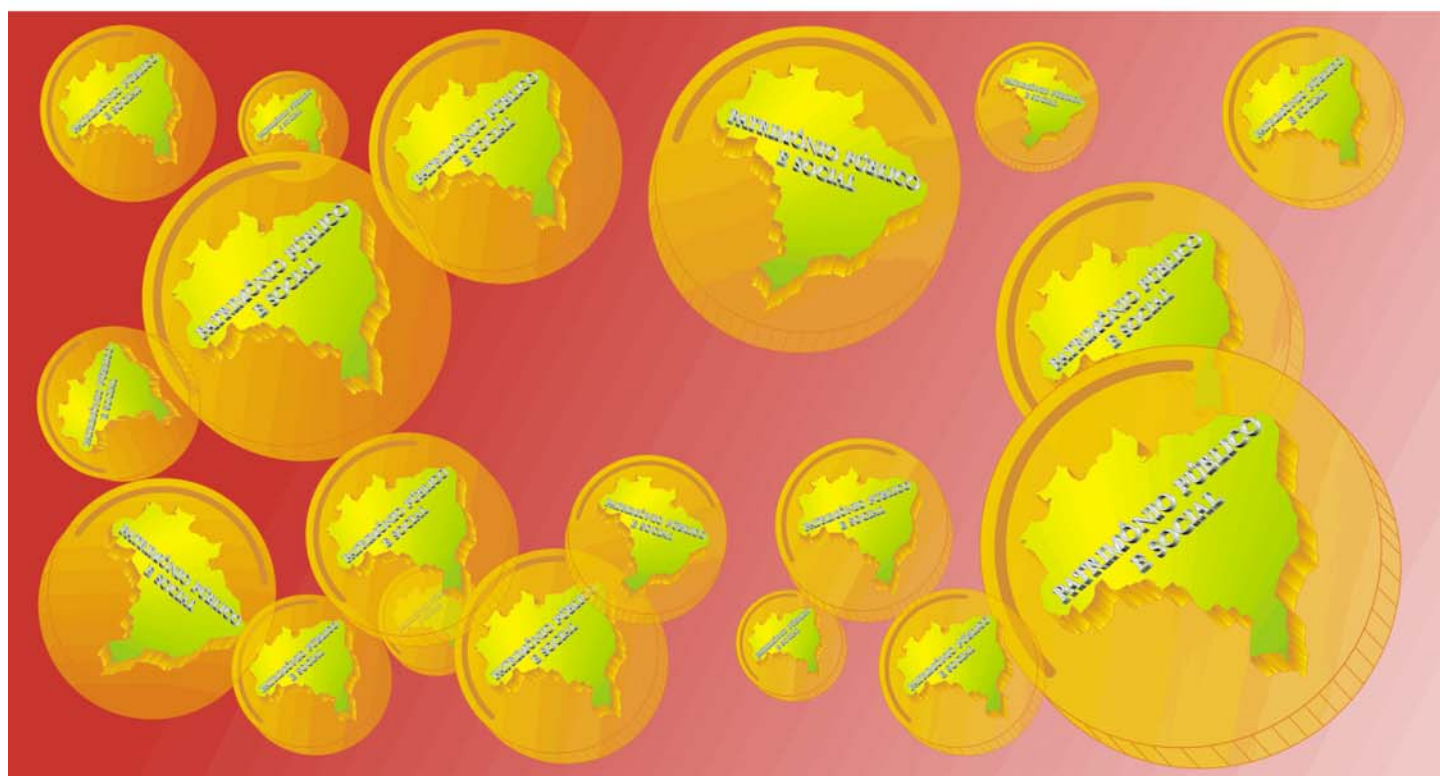




MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL



RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2003



SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	1
2.	COMPOSIÇÃO DA CÂMARA	2
2.1.	MEMBROS DO COLEGIADO	2
2.2.	REPRESENTAÇÃO NOS ESTADOS	2
3.	EQUIPE DE SERVIDORES	8
3.1.	ASSESSORIAS TÉCNICAS	8
3.2.	SECRETARIA ADMINISTRATIVA	8
4.	REGISTRO DOS PROCEDIMENTOS	9
4.1.	REUNIÕES DO COLEGIADO	9
4.2.	PROCEDIMENTOS DISTRIBUÍDOS E RELATADOS POR MEMBROS	10
4.3.	FLUXO DE PROCESSOS	11
4.4.	EXPEDIENTES DA CÂMARA	14
5.	MUTIRÃO	15
6.	GRUPOS DE TRABALHO	16
6.1.	PREVIDENCIÁRIO	16
6.2.	DESAPROPRIAÇÃO E QUESTÕES AGRÁRIAS	17
6.3.	CPMF	17
6.4.	FORÇA TAREFA	19
6.5.	IMÓVEIS DA UNIÃO/TERRENOS DE MARINHA	20
6.6.	REMESSAS ILÍCITAS/REPATRIAMENTO DE DIVISAS	20
6.7.	ATOS DE IMPROBIDADE/RESSARCIMENTO AO ERÁRIO/IMPUNIDADE	20
6.8.	SUS	21
6.9.	LICITAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS	22
6.10.	FUNDEF	23
6.11.	OUTRAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA CÂMARA	23
6.12.	REUNIÕES VIRTUAIS	24
7.	RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS	25
8.	ENCONTRO NACIONAL	26
9.	CONCURSO DE ARRAZOADOS JURÍDICOS	28
10.	CONCURSO DE MONOGRAFIAS	30
11.	HOME PAGE	32
12.	BANCO DE DADOS/CATÁLOGO	34
13.	CONVÊNIOS	36
13.1.	EXISTENTES	36
13.2.	IMPLEMENTADOS	36
13.3.	EM FASE DE RENOVAÇÃO	36
14.	SISTEMAS DISPONÍVEIS	38
14.1.	ANALYST'S NOTEBOOK E IBASE	38
14.2.	OUTROS SISTEMAS	39
15.	ATUAÇÕES TÉCNICAS	40
15.1.	DEMONSTRATIVOS – TABELAS E GRÁFICOS	40
15.2.	TRABALHOS DESTACADOS	41
	ASSESSORIA TÉCNICA – CONTABILIDADE	41
	ASSESSORIA TÉCNICA – ECONOMIA	43
	ASSESSORIA TÉCNICA – ENGENHARIA CIVIL	45
	ASSESSORIA TÉCNICA – INFORMÁTICA	48
	ASSESSORIA TÉCNICA – PROCESSUAL	49
16.	RECURSOS SOLICITADOS PELA CÂMARA	50
17.	PROGRAMAÇÃO PARA 2004	51



1. APRESENTAÇÃO

Temos a honra de apresentar o Relatório de Atividades da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão – Patrimônio Público e Social no ano de 2003.

As informações, embora sucintas, evidenciam o profícuo trabalho realizado no cumprimento dos objetivos para os quais a Câmara foi instituída, ou seja, para promover a integração, coordenação, revisão e orientação nos procedimentos afetos à área do Patrimônio Público, em atenção ao comando maior estabelecido na Constituição (art. 129, III), e nas leis que dão suporte à atuação institucional do MPF nessa área, principalmente a Lei nº 7.347/85 – Lei da Ação Civil Pública, a Lei nº 8.429/92 – Lei da Improbidade Administrativa e Lei Complementar nº 75/93 – Lei Orgânica do Ministério Público da União.

Destacamos, entre outras, as seguintes atividades promovidas por esta Câmara na concretização dos seus objetivos:

- a) redução do acervo existente com a distribuição automática de todos os processos, o aumento do número de reuniões do Colegiado, a diligência de Membros e servidores, além da realização de mutirões;
- b) promoção de Encontro Nacional, bem como de Concursos de Monografias e Arrazoados Jurídicos;
- c) formação de Grupos de Trabalho acerca das questões mais significativas na área de competência da Câmara;
- d) divulgação de legislação, doutrina e jurisprudência, entre outros tópicos, em *home page* própria;
- e) constituição de Banco de Dados e atualização do Catálogo de Ações como fonte de consulta, referência e orientação;
- f) viabilização de novos convênios e renovação de outros;
- g) implementação e desenvolvimento das relações institucionais e interinstitucionais.

A par dessas iniciativas a Câmara não mediu esforços na prestação de indispensável apoio aos Membros que oficiam na defesa do patrimônio público e da probidade administrativa.

O resultado alcançado somente foi possível devido à colaboração inestimável de todos os Membros que participaram ativamente do processo, como também da valiosa contribuição da equipe de servidores.

A todos os nossos sinceros agradecimentos.

Brasília, 31 de março de 2004

Helenita Caiado De Acioli

Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da Câmara do Patrimônio Público e Social



2. COMPOSIÇÃO DA CÂMARA

2.1. MEMBROS DO COLEGIADO

MEMBROS TITULARES

HELENITA AMÉLIA GONÇALVES CAIADO DE ACIOLI – **Coordenadora**
Subprocuradora–Geral da República

FLÁVIO GIRON
Subprocurador–Geral da República

HAROLDO FERRAZ NÓBREGA
Subprocurador–Geral da República

MEMBROS SUPLENTES

EDUARDO ANTÔNIO DANTAS NOBRE
Subprocurador–Geral da República

PAULO DA ROCHA CAMPOS
Subprocurador–Geral da República
Portaria PGR nº 679, de 24.10.2003.

JOAQUIM JOSÉ DE BARROS DIAS
Procurador Regional da República

JOSÉ ROBERTO FIGUEIREDO SANTORO
Subprocurador–Geral da República
Dispensado a pedido (Portaria PGR nº 434, de 27.06.2003).

2.2. REPRESENTAÇÃO NOS ESTADOS

Procuradorias Regionais da República

- | | |
|------------------|--|
| 1ª Região | José Adonis Callou de Araújo Sá (<i>Representante</i>); Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho (<i>Suplente</i>); Ana Borges Coelho Santos; Antônio Carlos Alpino Bigonha; Antônio Carlos Fonseca da Silva; Áurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre; Aurélio Virgílio Veiga Rios; Déborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Denise Vinci Túlio; Franklin Rodrigues da Costa; Maria Soares Camelo Cordioli; Raquel Elias Ferreira Dodge; Rodrigo Janot Monteiro de Barros e Tânia Maria Freitas de Souza |
| 2ª Região | Luís Cláudio Pereira Leivas (<i>Representante</i>); Alex Amorim de Miranda; Nívio de Freitas Silva Filho e Celso de Albuquerque Silva |
| 3ª Região | Mônica Nicida Garcia (<i>Representante</i>); Ana Lúcia Amaral; Luiza Cristina Fonseca Frischeisen e Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini |
| 4ª Região | Eduardo Kurtz Lorenzoni (<i>Representante</i>) |

Procuradorias da República nos Estados

● Acre	Marcus Vinícius Aguiar Macedo (<i>Representante</i>) e Fernando José Piazenski
● Alagoas	Uayrandir Tenório de Oliveira (<i>Representante</i>); Joel Almeida Belo; Marcelo Toledo Silva; Delson Lyra da Fonseca; Fabiano João Bosco Formiga de Carvalho; Gino Sérvio Malta Lôbo e Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary
● Amazonas	Ricardo Kling Donini (<i>Representante</i>)
● Amapá	José Cardoso Lopes (<i>Representante</i>) e Manoel do Socorro Tavares Pastana (<i>Suplente</i>)
● Bahia	Edson Abdon Peixoto Filho (<i>Representante</i>) e Márcio Barra Lima (<i>Suplente</i>)
Ilhéus	Danilo Pinheiro Dias e Eunice Dantas Carvalho
● Ceará	Nilce Cunha Rodrigues (<i>Representante</i>); Oscar Costa Filho (<i>Suplente</i>); Alessandro Wilckson Cabral Sales; Alexandre Meireles Marques e Márcio Andrade Torres
● Distrito Federal	Luiz Francisco Fernandes de Souza (<i>Representante</i>); Eduardo Botão Pelella (<i>Suplente</i>); Alberto Rodrigues Ferreira; Brasilino Pereira dos Santos; Francisco Guilherme Vollstedt Bastos; Gustavo Pessanha Velloso; José Robalinho Cavalcanti; Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento; Ronaldo Pinheiro de Queiroz; Valquíria Oliveira Quixadá Nunes; Valtan Timbó Martins Mendes Furtado e Vinícius Fernando Alves Fermino
● Espírito Santo	Henrique Geaquinto Herkenhoff (<i>Representante</i>)
● Goiás	Hélio Telho Corrêa Filho (<i>Representante</i>); Luciano Sampaio Gomes Rolim (<i>1ª Suplente</i>) e Cláudio Drewes José de Siqueira (<i>2ª Suplente</i>)
● Maranhão	Sergei Medeiros Araújo (<i>Representante</i>)
Imperatriz	Rodolfo Alves Silva
● Mato Grosso	João Gilberto Gonçalves Filho (<i>Representante</i>) e José Pedro Gonçalves Taques (<i>Suplente</i>)
● Mato Grosso do Sul	Luiz de Lima Stefanini (<i>Representante</i>)

Dourados	Charles Stevan da Mota Pessoa e Ramiro Rockenbach da Silva
Três Lagoas	Marcos Ângelo Grimone
● Minas Gerais	Tarcísio Humberto Parreiras Henriques Filho (<i>Representante</i>)
Juiz de Fora	Elena Urbanavicius Marques
Uberlândia	Carlos Henrique Martins Lima e Cleber Eustáquio Neves
● Pará	José Augusto Torres Potiguar (<i>Representante</i>)
Marabá	Eloísa Helena Machado
Santarém	Patrick Salgado Martins
● Paraíba	Werton Magalhães Costa (<i>Representante</i>); Antônio Carlos Pessoa Lins (<i>Suplente</i>); Antônio Edílio Magalhães Teixeira; Duciran Van Marsen Farena; Fábio George Cruz da Nóbrega e Roberto Moreira de Almeida
Campina Grande	Yordan Moreira Delgado
● Paraná	Carlos Fernando dos Santos Lima (<i>Representante</i>) e Antônia Lélia Neves Sanches Krueger
Cascavel	Luciana da Costa Pinto
Foz do Iguaçu	Alexandre Halfen da Porciúncula; Juliana de Azevedo Moraes; Patrícia Maria Castro Núñez e Vladimir Barros Aras
Guarapuava	Paula Cristina Conti Thá
Londrina	João Akira Omoto; Márcio Domene Cabrini; Mário Ferreira Leite e Robson Martins
Maringá	Carlos Alberto Sztoltz e Natalício Claro da Silva
Paranaguá	Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada
Umuarama	Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos
● Pernambuco	Luciana Marcelino Martins (<i>Representante</i>); Marcelo Mesquita Monte (<i>Suplente</i>) e Antônio Carlos de Vasconcelos Coelho Barreto Campello
Petrolina	Nara Soares Dantas
● Piauí	Wellington Luís de Sousa Bonfim (<i>Representante</i>); Kelston Pinheiro Lages (<i>Suplente</i>); Carlos Wagner Barbosa Guimarães; Marco Túlio Lustosa Caminha e Tranvanvan da Silva Feitosa

● Rio de Janeiro	Adriana de Farias Pereira (<i>Representante</i>); Flávio Paixão de Moura Júnior e Silvana Batini César Góes
Campos dos Goytacazes	Eduardo Santos de Oliveira
Itaperuna	Cláudio Márcio de Carvalho Chequer
Nova Friburgo	Jessé Ambrósio dos Santos Júnior
Niterói	Antônio Augusto Soares Canedo Neto e Wanderley Sanan Dantas
Petrópolis	Fabiano de Moraes
Resende	Fábio Elizeu Gaspar
São João de Meriti	Marcus Vinicius de Viveiros Dias e Solange Maria Braga
Volta Redonda	Roberta Trajano Sandoval Peixoto e Vanessa Seguezzi
● Rio Grande do Norte	Marcelo Alves Dias de Souza (<i>Representante</i>) e Sérgio Monteiro Medeiros (<i>Suplente</i>)
● Rio Grande do Sul	Márcia Noll Barboza (<i>Representante</i>); Maria Emília Corrêa da Costa (<i>Suplente</i>) e Ricardo Luís Lens Tatsch
Bagé	Cláudia Vizcaychipi Paim
Bento Gonçalves	Ana Paula Carvalho de Medeiros
Caxias do Sul	Luciana Guarnieri e Sônia Cristina Niche
Lageado	Rodolfo Martins Krieger
Novo Hamburgo	José Osmar Pumes
Passo Fundo	Alexandre Schneider e Juarez Mercante
Pelotas	Carlos Augusto da Silva Cazarré
Rio Grande	Anelise Becker e Max dos Passos Palombo
Santa Cruz do Sul	Rodrigo Valdez de Oliveira
Santa Maria	Carmem Elisa Hessel e Paulo Mazzotti Girelli
Santana do Livramento	Cícero Augusto Pujol Corrêa
Santo Ângelo	Osmar Veronese e Mark Torronteguy Weber
Uruguaiana	Maria Arildes dos Anjos Rodrigues e Júlio Carlos Schwonke de Castro Júnior

● Rondônia	Silvio Roberto Oliveira de Amorim Júnior (<i>Representante</i>) e Fabrício Carrer (<i>Suplente</i>)
● Roraima	Carlos Fernando Mazzoco (<i>Representante</i>)
● Santa Catarina	Samantha Chantal Dobrowolski (<i>Representante</i>) e Cláudio Dutra Fontella (<i>Suplente</i>)
Blumenau	Eduardo de Oliveira Rodrigues e João Marques Brandão Neto
Chapecó	Fabíola Dorr Caloy e Pedro Antônio Roso
Criciúma	José Osmar Pumes e Roger Fabre
Itajaí	Marcelo da Mota
Joaçaba	Maurício Pessutto
Joinville	Davy Lincoln Rocha; Cláudio Valentim Cristani e José Alexandre Pinto Nunes
Lages	Nazareno Jorgealem Wolff
Tubarão	Celso Antônio Três
● São Paulo	Isabel Cristina Groba Vieira; José Roberto Pimenta Oliveira; Osório Silva Barbosa Sobrinho e Synval Tozzini
Araçatuba	Paulo de Tarso Garcia Astolphi
Bauru	Rafael Siqueira de Pretto
Campinas	Letícia Pohl
Franca	João Bernardo da Silva
Guarulhos	Carlos Renato Silva e Souza; Matheus Baraldi Magnani e Suzana Fairbanks Lima de Oliveira
Marília	Célio Vieira da Silva e Jefferson Aparecido Dias
Piracicaba	Sandra Akemi Shimada Kishi e Walter Claudius Rothenburg
Presidente Prudente	Fábio Bianconcini de Freitas e Luís Roberto Gomes
Ribeirão Preto	Ana Cristina Tahan de Campos Netto de Souza e Uendel Domingues Ugatti
Santo André	Ryanna Pala Veras
Santos	Adriano dos Santos Raldi; André Stefani Bertuol; Antônio José Donizetti Molina Daloia; Cíntia Maria de Andrade; Luiz Antônio Palácio Filho e Paulo Sérgio Duarte da Rocha Júnior

S. Bernardo do Campo	Márcio Schusterschitz da Silva Araújo
S. José do Rio Preto	Álvaro Luiz de Mattos Stipp; Eleovan César Lima Mascarenhas e Hermes Donizeti Marinelli
S. José dos Campos	Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho e Maria Luiza Grabner
Sorocaba	Vinícius Marajó Dal Secchi
● Sergipe	Paulo Gustavo Guedes Fontes (<i>Representante</i>) e João Bosco Araújo Fontes Júnior (<i>Suplente</i>)
● Tocantins	Israel Gonçalves Santos Silva (<i>Representante</i>)



3. EQUIPE DE SERVIDORES

3.1. ASSESSORIAS TÉCNICAS

CONTABILIDADE E ECONOMIA Carlos Alberto de Oliveira Lima – Assessor (Economista)	Almir Pereira da Silva Fernando Sanchez Souza Maria Luzinete Lira de Alcântara Romeu Bizó Drumond
PROCESSUAL João Maria Ludugero da Silva – Assessor (Analista Processual)	Andréia Caputo Laboissière Eucário Godinho Filho Maria da Silva Lacerda
ENGENHARIA CIVIL Marta Ligia de Freitas Vieira – Assessora (Analista Pericial/Engenharia Civil)	Djair Fiorillo Lopes Rita de Cássia Resende Pereira
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Marcelo Beltrão Caiado – Assessor (Analista Pericial/Análise de Sistemas)	Rogério Carneiro Paes

3.2. SECRETARIA ADMINISTRATIVA

SECRETARIA Lusia Reinalda da Costa – Assessora (Bacharel em Direito)	Débora Cristina Larocca Rigailo José Areolino de Carvalho José Henrique Soares Lins Paulo Saldanha Martins (Licença) Raquell Ferreira de Paula Selma Maria de Oliveira Marques
---	---



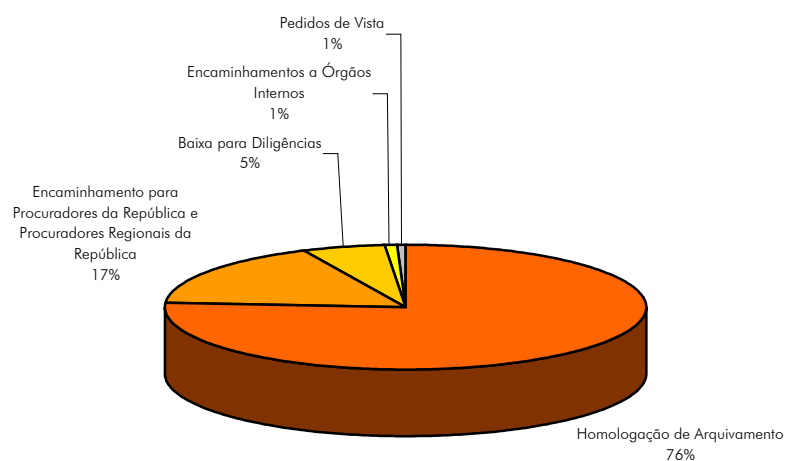
4. REGISTRO DOS PROCEDIMENTOS

4.1. REUNIÕES DO COLEGIADO

No ano de 2003 a 5ª Câmara realizou 43 reuniões com os seguintes resultados:

Decisão	Procedimentos
Homologação de Arquivamento	1903
Encaminhamento para Procuradores da República e Procuradores Regionais da República	422
Baixa para Diligências	137
Encaminhamentos a Órgãos Internos	21
Pedidos de Vista	15
TOTAL	2498

REUNIÕES DO COLEGIADO
(2003)



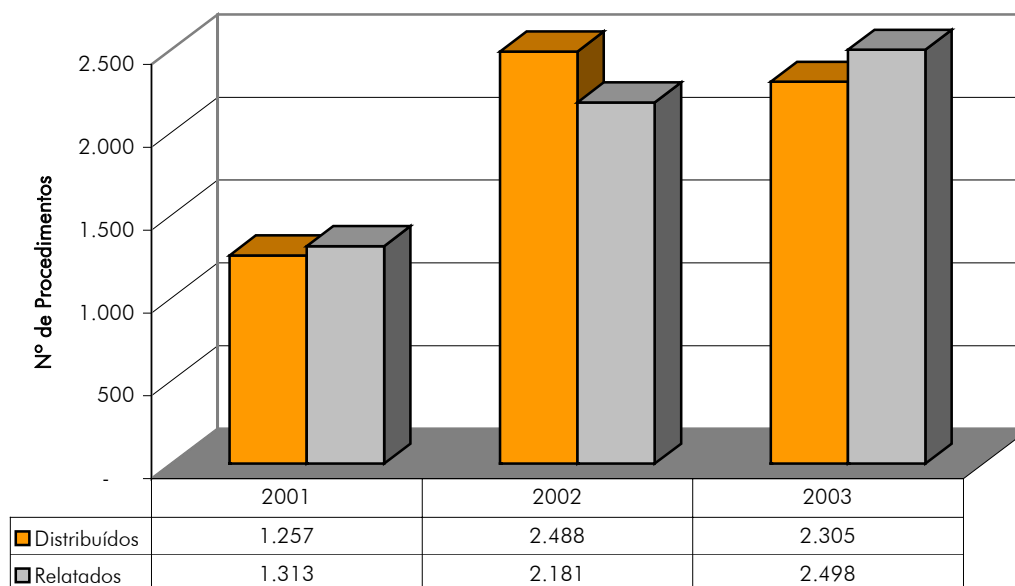
4.2. PROCEDIMENTOS DISTRIBUÍDOS E RELATADOS POR MEMBROS

Foram distribuídos 2305 procedimentos e relatados 2954, incluídos saldo remanescente anterior e os sem distribuição prévia nesses totais.

Membros		Distribuídos	Vista	Relatados
2003	Dra. Helenita A. G. Caiado De Acioli	742	3	910
	Dr. Flávio Giron	619	1	932
	Dr. Haroldo Ferraz Nóbrega	124	11	326
	Dr. José Roberto Figueiredo Santoro*	299	-	360
	Dr. Eduardo Antônio Dantas Nobre	521	-	426
TOTAIS		2305	15	2954

*Dispensado a pedido (Portaria PGR nº 434, de 27.06.2003)

PROCEDIMENTOS DISTRIBUÍDOS E RELATADOS
(2001-2003)



4.3. FLUXO DE PROCESSOS

Em 2003, ingressaram na 5ª Câmara 2339 (dois mil trezentos e trinta e nove) processos. No mesmo período, 5580 (cinco mil quinhentos e oitenta) foram expedidos, considerando-se os processos remanescentes dos anos anteriores e os despachados pela Coordenação.

Para melhor compreensão destes números e da evolução do fluxo nos últimos quatro anos, apresentamos os seguintes quadros e gráficos:

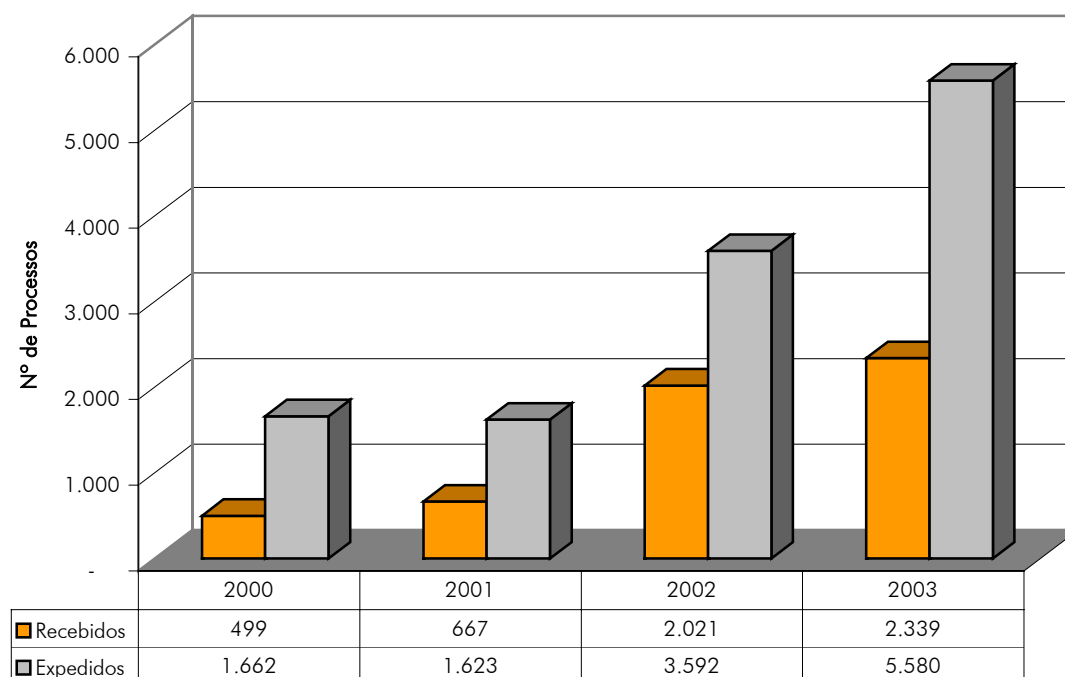
2000	PROCESSOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Recebidos	3	12	30	11	29	44	10	104	49	108	83	16	499
	Expedidos	1	3	121	137	110	124	164	150	254	256	49	293	1.662

2001	PROCESSOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Recebidos	3	26	64	93	92	52	20	39	60	96	87	35	667
	Expedidos	14	31	191	101	166	188	90	197	109	343	92	101	1.623

2002	PROCESSOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Recebidos	16	38	78	62	386	195	99	243	329	167	315	93	2.021
	Expedidos	134	114	82	100	461	457	76	389	430	577	481	291	3.592

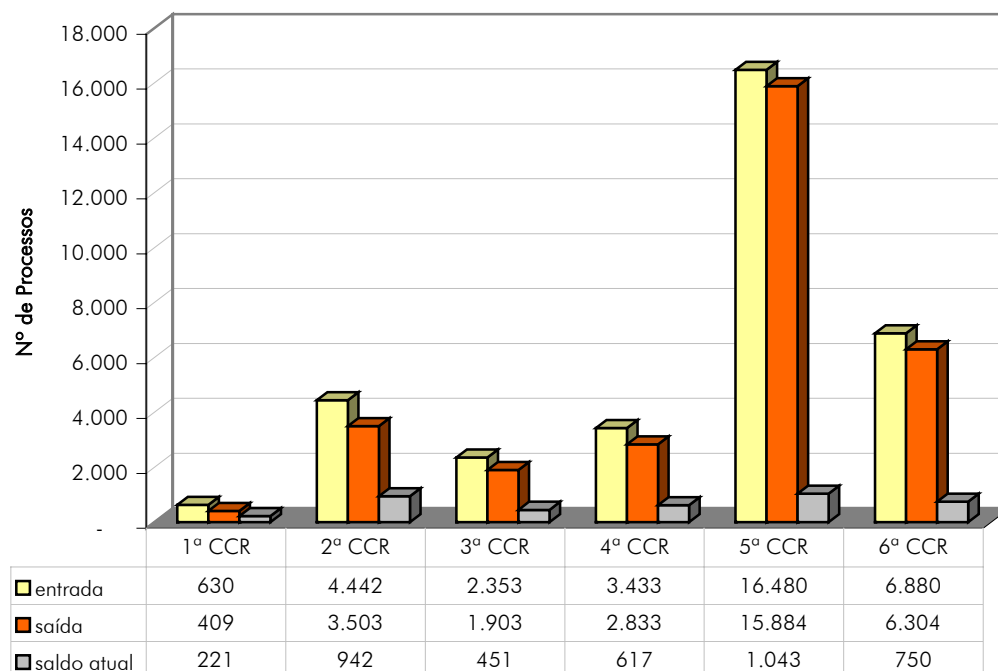
2003	PROCESSOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	Recebidos	73	200	129	193	191	174	181	190	259	285	278	186	2.339
	Expedidos	393	669	489	371	163	367	386	670	431	632	526	483	5.580

Fluxo de Processos – 5ª Câmara (2000 – 2003)



Fonte: Secretaria da 5ª CCR
Período de 1º.01.00 a 31.12.03

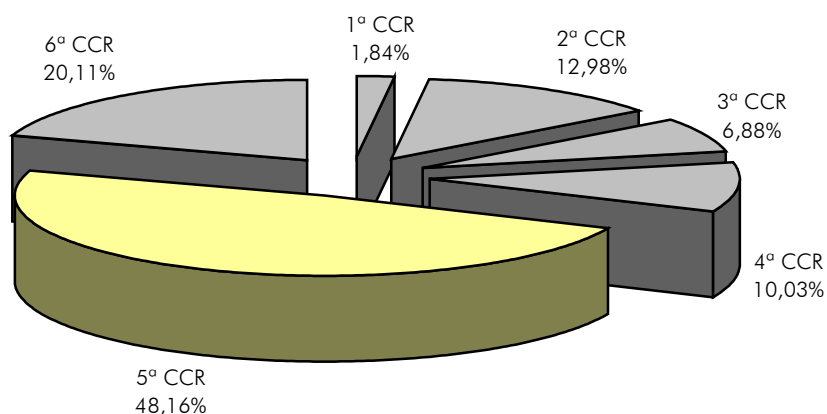
Fluxo de Processos – Câmaras (1996 – 2004)



Fonte: Sistema de Acompanhamento e Registro de Procedimentos Administrativos – ARP
Período de 1º.01.96 a 11.02.04

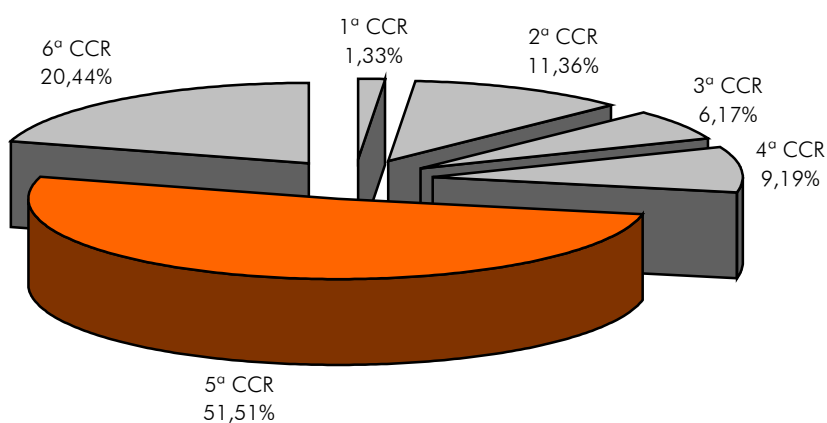
Para que se possa melhor avaliar o volume de trabalho da 5ª CCR, apresentamos a seguir os gráficos comparativos com outras Câmaras nos últimos 08 (oito) anos:

**Fluxo de Processos – ENTRADAS/Câmaras
(1996 – 2004)**



Fonte: Sistema de Acompanhamento e Registro de Procedimentos Administrativos – ARP
Período de 1º.01.96 a 11.02.04

**Fluxo de Processos – SAÍDAS/Câmaras
(1996 – 2004)**



Fonte: Sistema de Acompanhamento e Registro de Procedimentos Administrativos – ARP
Período de 1º.01.96 a 11.02.04

4.4. EXPEDIENTES DA CÂMARA

Correspondências Recebidas	
Correspondências	2403
Total:	2403

Correspondências Expedidas	
Ofícios	3276
Ofícios–Circulares	37
Memorandos	303
Total:	3316

Documentos Técnicos Emitidos	
Pareceres/Notas Técnicas	48
Informações	52
Total:	100



5. MUTIRÃO

Foram realizadas, no 1º semestre do ano de 2003, um total de 4 reuniões com pequenos grupos, das quais participaram, com presteza e eficiência, os seguintes Membros da Instituição:

- Álvaro Luiz de Mattos Stipp (PRM/São José do Rio Preto/SP)
- Ana Paula Carvalho de Medeiros (PR/RS)
- André Libonati (PRM/Bauru/SP)
- Carlos Diogo Garcia (PR/RO)
- Duciran Van Marsen Farena (PR/PB)
- Israel Gonçalves Santos Silva (PR/TO)
- Janice Agostinho Barreto Ascari (PRR/3ª Região)
- José Raimundo Leite Filho (PR/MA)
- Luiz de Lima Stefanini (PR/MS)
- Márcio Andrade Torres (PR/CE)
- Márcio Barra Lima (PR/BA)
- Maria Cristiana Simões Amorim (PR/SP)
- Maria Emília Correa da Costa (PR/RS)
- Maria Iraneide Olinda Santoro Facchini (PRR/3ª Região)
- Mário Lúcio de Avelar (PR/TO)
- Nazareno Jorgealem Wolff (PRM/Lages/SC)
- Rafael Siqueira de Pretto (PRM/Bauru/SP)
- Rosane Cima Campiotto (PR/SP)
- Sônia Maria de Assunção Macieira (PR/PE)
- Uairandyr Tenório de Oliveira (PR/AL)
- Vladimir Barros Aras (PRM/Foz do Iguaçu/PR)
- Wellington Luiz de Sousa Bonfim (PR/PI)

TOTAL DE PROCESSOS EXAMINADOS	510
----------------------------------	-----



6. GRUPOS DE TRABALHO

Cumprindo a programação para 2003, a Câmara implementou Grupos de Trabalho para enfrentar as questões mais significativas relativas ao Patrimônio Público e Social, no âmbito das competências do Ministério Público Federal. Dentre os mais recorrentes e significativos para a sociedade, destacam-se os problemas relacionados à Previdência, à saúde pública veiculada pelo Sistema Único de Saúde-SUS, às questões agrárias e de desapropriações, ao patrimônio da União, às licitações e obras públicas, às remessas ilícitas e repatriamento de divisas, à sonegação fiscal, todos enfeixando em atos de improbidade, exigindo a retificação de procedimentos e o ressarcimento aos cofres públicos, a par da aplicação das devidas punições aos criminosos.

Assim, foram instalados Grupos de Trabalho para aprofundamento das abordagens, buscando a desejada uniformização e disseminando, por todo o corpo do MPF, as experiências exitosas e o fruto das pesquisas nessas matérias.

À Câmara coube o papel de coordenação e de interface com as instituições que integram os diversos sistemas na estrutura do Governo, bem como o suporte técnico.

Os Grupos foram orientados no sentido de estabelecerem, sempre que possível, propostas de trabalho que eles mesmos pudessem solver e equacionar. Assim, cada um traçou seu plano de ação, conforme segue:

6.1. Previdenciário

Objetivo: difusão para todo o País das experiências dos Membros do MPF sobre as fraudes e sonegação na Previdência Social, abordando: 1) normatização, com destaque para o procedimento a ser seguido no cumprimento de decisões do TCU em tomadas de contas especiais, no tocante à cobrança pelo INSS; 2) benefícios; 3) arrecadação, com realce para as entidades filantrópicas e federações e clubes de futebol, neste último caso objeto de atenção de subgrupo já formado, cuja primeira reunião ocorreu em 28.11.2002; 4) patrimônio, com destaque para a administração dos bens do INSS e irregularidades em licitações/contratos administrativos.

Providências adotadas pela Câmara

- a) reunião, em 07.04.2003, com o Ministro da Previdência Social e Diretoria do INSS, visando o estabelecimento de 10 (dez) prioridades, nos Estados, para a formação de forças-tarefas, bem como as áreas prioritárias de atuação imediata;
- b) remessa, em 02.05.2003, do relatório elaborado pela Força-Tarefa Previdenciária do Rio de Janeiro para todos os integrantes do grupo, com

vistas à uniformização de procedimentos e esclarecimentos sobre os resultados já alcançados.

6.2. Desapropriação e Questões Agrárias

Objetivos: 1) criação de um banco de dados do Ministério Público Federal, contendo decisões judiciais de relevância, artigos doutrinários e lista de *links* para que possam ser consultados os valores de terra nua; 2) elaboração de um manual ou guia para facilitar o trabalho dos Membros que lidam com processos de desapropriação; 3) capacitação dos Membros do Ministério Público Federal que atuam nos processos de desapropriação, objetivando fornecer-lhes subsídios para uma melhor compreensão dos laudos periciais; 4) acompanhamento e participação das reuniões regionais entre o MPF, INCRA e Ministério do Desenvolvimento Agrário; 5) acompanhamento dos projetos legislativos e de atos normativos acerca da matéria objeto de estudo do Grupo; 6) consultas sobre casos emblemáticos de desapropriação e levantamento dos problemas vivenciados em cada Estado pelos participantes do Grupo; e, 7) obtenção de informações quanto à criação de varas especializadas em matéria agrária.

Providências adotadas pela Câmara

- a) Convite ao Engº Agrônomo do INCRA/MG para ministrar palestra sobre o tema “Laudos de Avaliação”, reconhecendo a importância de tal iniciativa para o trabalho do Ministério Público Federal;
- b) Acompanhamento e participação nas reuniões regionais entre o Ministério Público Federal, INCRA e Ministério do Desenvolvimento Agrário:

Reuniões de trabalho

1ª Reunião: 10 e 11 de abril de 2003 – Florianópolis/SC
(MPF; INCRA; MDA; SRA/DF e GSI/PR)

2ª Reunião: 8 e 9 de maio de 2003 – Rio de Janeiro/RJ
(MPF; INCRA; MDA)

3ª Reunião: 16 e 17 de junho de 2003 – Campo Grande/MS
(MPF; INCRA; MDA; TCU/MS; PRU/MS)

6.3. CPMF

Objetivos: 1) diagnóstico da CPMF, a partir de informações da Secretaria da Receita Federal, e outros levantamentos, mediante: coleta de material legislativo atualizado referente à CPMF, incluindo atos normativos infralegais da SRF e BACEN; 2) pesquisa sobre: 2.1) quantos procedimentos existem instaurados em função do cruzamento de informações entre movimentação financeira e declaração de imposto

de renda, quantos estão pendentes de instauração e qual o critério utilizado para a sua instauração (p. ex., faixa de valores, condição de isento ou omissos etc.); 2.2) desses procedimentos referidos na alínea anterior, quantos estão em andamento, quantos estão paralisados em virtude de decisões judiciais, quantos estão encerrados e, neste último caso, quantos resultaram em lavratura de auto de infração; 3) encaminhamento das infrações às respectivas Procuradorias da República, enviando-se, em conjunto com a representação, a informação relativa à existência de um “Kit CPMF”, disponibilizando-o aos que se interessarem em o receber; 4) estudo do caso **Esso e Banco Itaú** (processo criminal que tramitou na 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, de nº 2000.61.81.004.199-7. Com base nos dados colhidos, o Grupo se propõe a sistematizar a matéria, na forma de um “kit”, repassando as estatísticas, informações e conhecimentos adquiridos sobre a CPMF para os Membros do MPF.

Providências adotadas pela Câmara

- a) coleta e entrega, em 05.05.2003, de material legislativo atualizado referente à CPMF, incluindo atos normativos infralegais da SRF e BACEN aos Procuradores Membros do Grupo;
- b) requisição à Receita Federal e ao Banco Central do Brasil (Ofícios nºs 920 e 921, de 22.04.2003), para que técnicos de cada um destes órgãos esclareça ao Grupo acerca de aspectos técnicos da CPMF;
- c) requisição à Receita Federal (Ofício nº 927, de 22.04.2003), das seguintes informações, de modo global, por Estado da federação e por área sujeita a cada Delegacia da Receita Federal: c.1) quantos procedimentos existem instaurados em função do cruzamento de informações entre movimentação financeira e declaração de imposto de renda, quantos estão pendentes de instauração e qual o critério utilizado para a sua instauração (p. ex., faixa de valores, condição de isento ou omissos etc.); e, c.2) desses procedimentos referidos na alínea anterior, quantos estão em andamento, quantos estão paralisados em virtude de decisões judiciais, quantos estão encerrados e, neste último caso, quantos resultaram em lavratura de auto de infração. Requisição atendida pela Receita, em 15.05.2003, e encaminhada ao Membros do Grupo em 03.06.2003;
- d) solicitação à Procuradora da República Lisiane Cristina Braeher, de cópia das alegações finais das defesas, e da sentença, integrantes do processo criminal que tramitou na 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, de nº 2000.61.81.004.199-7, tendo como autor o Ministério Público Federal e como réus representantes da **Esso** e do **Banco Itaú**. Foi encaminhada apenas cópia da Sentença de 1ª Instância em razão de o processo ter subido para a 2ª Instância, ainda sem distribuição, repassada a todos os Membros do GT na reunião de 23.06.2003;
- e) convocação de técnico da Secretaria da Receita Federal (Ofício nº 1.063/2003, de 12.06.2003) para esclarecer os dados constantes da resposta daquela Secretaria nos termos do

Ofício/SRF/GAB/Nº 1.058/2003, de 15.05.03 (Nota Cofis nº 2003/00052). Foi esclarecido pelo técnico que é possível ver no sistema todos os contribuintes que foram selecionados com base na CPMF, mas para ver os que foram *autuados* por CPMF seria necessário cada auditor abrir a ação fiscal para ver se foi autuado também por CPMF. Foi solicitado à Receita quais os procedimentos fiscais encerrados com resultado cujo critério de seleção foi a movimentação financeira incompatível (Ofício nº 1.188/2003, de 03.07.2003), requisitando-se, também, o fornecimento do número de procedimentos de fiscalização instaurados a partir de janeiro de 2001, e encerrados até 30 de maio de 2003, bem assim os em andamento até aquela data cujo critério de seleção tenha por base, exclusivamente ou não, a apuração de movimentação financeira incompatível com a renda declarada, relativamente aos anos–calendário de 1999, 2000, 2001 e 2002, de modo segregado por faixas de valores e por Delegacia da Receita Federal, com indicação dos Estados da Federação (Ofício nº 1.188/2003, de 03.07.2003). Adicionalmente, requisitou-se o levantamento do número de contribuintes, pessoas físicas isentas e omissas e pessoas jurídicas do simples, isentas, omissas, inativas e imunes em continuação e nos mesmos moldes dos dados já repassados pela SRF ao MPF (5ª Câmara), relativas ao ano calendário de 1988, agora abrangendo período dos anos calendários 1999 a 2002 (Ofício nº 1.188/2003, de 03.07.2003);

- f) encaminhamento de Ofício à Secretaria da Receita Federal para cumprimento do que já foi acordado em Ata, mas não formalmente comunicado ao Secretário da Receita (Ofício nº 1.081/2003/5ª CCR/MPF, de 25.06.2003). Resposta encaminhada mediante Ofício SRF/Gabin nº 1.492, de 14.07.2003, repassado em cópia “scaneada” ao GT em 21.07.2003.

6.4. Força Tarefa

Objetivos: 1) criar contatos com os diversos órgãos técnicos governamentais no sentido de conhecer sua estrutura e funcionamento e, posteriormente, utilizar todos os dados e informações disponíveis nestes órgãos, os quais possam auxiliar no combate ao crime organizado e na defesa do patrimônio público; 2) sistematizar os dados, com as respectivas orientações colhidas das pesquisas, na forma de um manual ou semelhante.

Providências adotadas pela Câmara

- a) contatos com vistas ao estabelecimento de canais de ligações interinstitucionais com os órgãos assinalados pelo GT, conforme agenda indicada em ata de reunião de trabalho, no sentido de expor os objetivos do Grupo Força Tarefa, buscando uma atuação conjunta e identificando os servidores com atribuições para atender as demandas do MPF (informando telefones, inclusive celular, e-mail, etc.), esta agenda foi cumprida conforme discriminado no item 6.11–b deste relatório.

- b) requisição de informações e convocação de especialistas da Receita Federal e do Banco Central, para prestarem esclarecimentos e apresentarem números relacionados à CPMF, nos termos especificados em ata.

6.5. Imóveis da União/Terrenos de Marinha

Objetivos: 1) traçar estratégias e dar suporte aos Membros do Ministério Público Federal que atuam na área de tutela do patrimônio público e social, estabelecendo interação com as outras Câmaras e PFDC; 2) diagnosticar os principais problemas na área e propor soluções.

Providências adotadas pela Câmara

- a) encaminhamento de ofício circular a todos os Procuradores da República que atuam na área de patrimônio público, bem como cópia do rol de ações contra o BNDES, alertando no sentido de dedicar especial atenção ao assunto;
- b) no que se refere à privatização da Eletropaulo, a Coordenadora participou de audiência pública realizada na Câmara dos Deputados, na qual foi solicitada a manifestar-se. Foi encaminhada à Câmara uma cópia do relatório de inspeção realizada pelo TCU no BNDES acerca dos empréstimos concedidos à AESELPA;
- c) solicitação, ao Assessor Legislativo do MPF, de informações sobre a tramitação dos projetos legislativos que tratam da enfiteuse em imóveis da União.

6.6. Remessas Ilícitas/Repatriamento de Divisas

Objetivos: 1) propiciar meios para a defesa do erário público e 2) apresentar sugestões para o aperfeiçoamento dos mecanismos já existentes no âmbito da tutela coletiva, com o estabelecimento de estratégias para facilitar a atuação dos Procuradores da República nesta área em todas as unidades da Federação. O Grupo estabeleceu dezessete prioridades de ação para alcançar seus objetivos.

Providências adotadas pela Câmara

- a) auxílio na aplicação dos testes com o Analyst's Notebook, quando da realização da consultoria prestada pela empresa Tempo Real, em Curitiba, nos meses de junho e julho de 2003, no tratamento dos dados que formam a base de dados relativa ao caso BANESTADO.

6.7. Atos de Improbidade/Ressarcimento ao Erário/Impunidade

Objetivos: 1) colaborar com todos os Membros atuantes na área, de sorte a estabelecer estratégias de trabalho a serem divulgadas para toda a

Instituição; 2) estipular prioridades para a ação do MPF no campo da improbidade administrativa; 3) regulamentar os inquéritos civis e os procedimentos administrativos; 4) enfrentar, previamente, a eventual declaração de constitucionalidade da Lei nº 10.628/02; 5) celebrar convênios com entidades públicas para utilização de suas respectivas bases de dados nas diversas investigações; 6) elaborar anteprojeto acerca da instrumentalização das provas na ação de improbidade administrativa; 7) controlar a atuação da AGU na execução das decisões do TCU; 8) propiciar a atuação conjunta do MPF com o MPE, compensando-se as deficiências estruturais; 9) divulgar a importância da cooperação entre os Membros do MPF, principalmente no tocante à instauração de Inquéritos Civis Públicos, tratando-se de investigações de atos de improbidade em que o agente público possui prerrogativa de foro especial.

6.8. SUS

Objetivos: 1) diagnosticar as principais fraudes e desvios no sistema do SUS; 2) apresentar soluções e oferecer subsídios aos Membros do MPF que atuam na área, com vistas à proteção do patrimônio público. Foram estabelecidas diversas providências, registradas nas atas de reunião, visando alcançar os objetivos traçados pelo Grupo.

Providências adotadas pela Câmara

- a) trabalho conjunto com a PFDC, a fim de conhecer o que já foi apurado em torno de irregularidades ou ineficiências do SUS, evitando duplicidade de ação dos Grupos em atuação na 5ª CCR e na PFDC;
- b) contatos com a Secretaria Federal de Controle, com o objetivo de conhecer os instrumentos de fiscalização e prevenção de desvios patrimoniais ali desenvolvidos (Ofício nº 1.037/2003/5ª CCR/MPF, de 02.06.2003); convocação de representante do Ministério da Saúde, da área de fiscalização, para prestar informações sobre o gerenciamento e fiscalização dos recursos federais encaminhados aos Estados e Municípios para custeio do Sistema Único de Saúde (incluindo recursos do REFORSUS), bem como esclarecimentos acerca da utilização de informações disponíveis na internet, incluindo as constantes no DATASUS (Ofício nº 1.039/2003/5ª CCR/MPF, de 03.06.2003);
- c) distribuição de cópias da Norma Operacional Básica da Saúde, e do Relatório do Conselho Nacional de Saúde sobre os últimos 12 anos de atuação do SUS, além de Relação com Sinopse de todos os Programas de Atuação do Ministério da Saúde, para leitura e análise dos participantes;
- d) requisições: d.1) à Controladoria-Geral da União, órgão ao qual está atualmente integrada a Secretaria Federal de Controle, informações sobre o papel do órgão no âmbito do SUS, os recursos próprios disponíveis para essa tarefa, os critérios adotados para a definição de prioridades e estratégias de atuação no tema da saúde, a estrutura do órgão nos Estados e Municípios, o

fluxo de informações entre o órgão e o MP, o procedimento utilizado para a recuperação de recursos federais malversados ou desviados (inclusive judicialmente), o modo de acompanhamento das licitações realizadas pelo Ministério da Saúde (Ofício nº 1.037/2003/5ª CCR/MPF, de 02.06.2003); d.2) ao Fundo Nacional de Saúde, informações acerca das suas atribuições no SUS, especialmente diante da existência da estrutura da CGU e do DENASUS, os critérios adotados para a definição de prioridades e estratégias de atuação no tema da saúde, a estrutura do órgão nos Estados e Municípios, o fluxo de informações entre o órgão e o MP, o procedimento escolhido para a recuperação de recursos federais malversados ou desviados, inclusive judicialmente (Ofício nº 1.039/2003/5ª CCR/MPF, de 03.06.2003); d.3) ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS, informações as atribuições no SUS, especialmente diante da existência da estrutura da CGU e do Fundo Nacional de Saúde, os critérios que adotados para a definição de prioridades e estratégias de atuação no tema da saúde; a estrutura do órgão nos Estados e Municípios, o fluxo de informações entre o órgão e o MP, o procedimento selecionado para a recuperação de recursos federais malversados ou desviados (inclusive judicialmente), a estruturação dos componentes estaduais e municipais do DENASUS e a divisão de atribuições entre a União, Estados e Municípios, o encaminhamento dado às conclusões das suas auditorias (Ofício nº 1069/2003/5ª CCR/MPF, de 20.06.2003); d.4) ao Tribunal de Contas da União (Procurador-Geral e 4ª SECEX), informações sobre os recursos disponíveis para atuar na área do SUS, os critérios adotados para a definição de prioridades e estratégias de atuação no tema da saúde, a estrutura do Tribunal nos Estados e Municípios, o fluxo de informações entre o TCU e o MPF, o acompanhamento das licitações realizadas pelo Ministério da Saúde. Em especial, pediu-se apresentação de um breve relatório dos principais trabalhos efetuados pelo TCU na área da saúde e do diagnóstico que fazem dos sistemas de controle e auditoria interna do SUS (Ofício nº 1071/2003/5ª CCR/MPF, de 20.06.2003);

- e) o DENASUS encaminhou por meio do Ofício nº 2310/MS/DENASUS/SIPAR, de 17.10.2003, as Auditorias realizadas nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins. Os materiais relativos aos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará e São Paulo já foram fornecidos às respectivas PRs. Os demais serão disponibilizados com a maior brevidade.

6.9. Licitações e Obras Públicas

Objetivo: 1) identificar os principais focos de irregularidades na área; 2) detectar os mais usuais tipos de fraudes nesse setor; 3) detectar as principais falhas do sistema de controle interno e externo; 4) buscar a aproximação com os órgãos públicos diretamente responsáveis pelo sistema de controle, para fins de atuação conjunta nos trabalhos de prevenção e repressão; 5) organizar e disponibilizar um banco de dados para pesquisa na área de licitações e obras públicas; 6) pesquisar mecanismos que facilitem o fornecimento de apoio

técnico aos Membros do MPF; 7) elaborar um roteiro de trabalho para a atuação preventiva e repressiva na área, destinando-se a subsidiar a atuação dos Membros do Ministério Público Federal.

Providências adotadas pela Câmara

- a) convocação de técnico do Tribunal de Contas da União, que forneceu esclarecimentos sobre o Sistema de Controle Externo aos participantes do Grupo;
- b) elaboração de estudo dos canais de transferência de recursos federais, por convênio e por alocação direta, objetivando esclarecer os Membros do Grupo acerca da estrutura operacional dos Ministérios;
- c) celebração do “Termo de Cooperação Técnica, Operacional e Científica” entre o Ministério Público Federal e o Ministério da Defesa–Comando do Exército, objetivando o estabelecimento da sistemática de cooperação técnica, operacional e científica em atividades referentes a obras e serviços de Engenharia Civil.

6.10. FUNDEF

Objetivos: 1) realizar estudos sobre a mecânica de funcionamento do Fundo; 2) quantificar os recursos federais destinados aos Estados e Municípios; 3) analisar o papel do MPF nos problemas relacionados à aplicação ou não das verbas na educação de base, evidenciando os aspectos da competência de agir por parte do *Parquet Federal*.

Providências adotadas pela Câmara

- a) levantamento do fluxo dos recursos repassados pelo Tesouro Nacional aos Estados e Municípios com o piso de dispêndio insuficiente por aluno, e fornecimento dos dados à Coordenação do GT quando da apresentação do Grupo no V Encontro Nacional desta Câmara de Coordenação e Revisão;
- b) extinção do Grupo após 2 (duas) reuniões: diante do fato de que apenas 4% dos recursos do FUNDEF são de origem federal, repassados apenas aos Estados da Bahia, Ceará, Maranhão e Pará, firmou-se o entendimento de que a matéria poderia ser tratada pelos Membros do MPF sem a necessidade do esforço de grupo tarefa.

6.11. Outras providências adotadas pela Câmara

- a) para todos os Grupos:

Criação, a nível nacional, para fins de intercâmbio, com troca de mensagens e documentos entre os integrantes dos GTs, de grupo centralizador na rede com os e-mails:

Previdenciário

previ-5ccr@mpf.gov.br;

Desapropriação e Questões Fundiárias

tpd-5ccr@mpf.gov.br;

CPMF

cpmf-5ccr@mpf.gov.br;

Força Tarefa

ft-5ccr@mpf.gov.br;

Imóveis da União/Terrenos de Marinha

iutm-5ccr@mpf.gov.br;

Remessas Ilícitas/Repatriamento de Divisas

rird-5ccr@mpf.gov.br;

Atos de Improbidade/Ressarcimento ao Erário/Impunidade

airei-5ccr@mpf.gov.br;

SUS

sus-5ccr@mpf.gov.br;

Licitações e Obras Públicas

lop-5ccr@mpf.gov.br;

FUNDEF

fundef-5ccr@mpf.gov.br;

- b) cumprimento da agenda proposta pelo Grupo Força Tarefa, mantendo contatos com a cúpula dos seguintes Ministérios e Órgãos Públicos:

ABIN; AGU; BACEN; CGU; COAF; CVM; INCRA; INSS; MPS; PF; SRF; STN e TCU.

6.12. Reuniões Virtuais

Após diversas tratativas com a Secretaria de Informática, no dia 13 de novembro, das 10 às 12h, foi realizado o primeiro encontro em sala virtual (Chat), utilizando o software *GroupWise Messenger*. A pauta da reunião foi a avaliação do que foi realizado no GT SUS, bem como as propostas de atuação nesta área para o ano de 2004, tendo contado com as seguintes presenças: Dr^a. Helenita Acioli, Dr. Marlon Weichert, Dr^a. Letícia Pohl, Dr. Carlos Roberto Diogo Garcia e Dr^a. Vanessa Seguezzi, além dos Assessores da 5^a CCR Carlos Alberto e Marcelo Caiado.

Infelizmente, devido ao baixo número de adesões e pelas próprias dificuldades encontradas, não foram realizadas outras reuniões. Foi então solicitado à Secretária de Informática que procurasse implementar, o quanto antes, uma alternativa que contemple a possibilidade de uso de imagens e áudio nas reuniões e não apenas digitação, ou seja, uma solução de videoconferência, tendo sido informado que limitações técnicas impediam o seu uso, mas que as mesmas estavam em vias de serem superadas nos próximos meses.



7. RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

A Câmara esteve em audiência com a cúpula de diversos órgãos, visando aprimorar as relações interinstitucionais, buscando intercâmbio, acesso às informações com maior presteza e segurança, redução ou eliminação das dificuldades existentes e a formação de parcerias na defesa do patrimônio público e combate à corrupção.

Todas as visitas foram previamente agendadas com o titular do órgão e contaram com a presença da Coordenadora da Câmara e outros Membros da Instituição. Os resultados são visíveis. Foram propostos os convênios solicitados ao COAF e à CGU, curso requerido à STN. As relações com o BACEN estão sendo reforçadas com os trabalhos realizados pela Dr^a. Raquel Branquinho (PR/DF) e Dr^a. Valquíria Quixadá (PR/DF), que foram indicadas para serem os contatos da Câmara com este órgão. Merece destaque também o propósito do TCU de dar encaminhamento rápido de suas decisões ao MPF – que hoje dependem do trânsito em julgado no Pleno, e muitas vezes chegam já prescritos aos Membros. Além disso a AGU criou um grupo de trabalho voltado a defesa do patrimônio público.

Foi cumprido o seguinte calendário de audiências:

●	MPS Ministro RICARDO BERZOINI	07/04/03
●	AGU Ministro ÁLVARO RIBEIRO	06/05/03
●	COAF Dr. MARCUS CARAMURU	06/05/03
●	SRF Secretário JORGE RACHID	07/05/03
●	PF Diretor–Geral Dr. PAULO LACERDA	23/05/03
●	CVM Dr. LUIZ LEONARDO CANTIDIANO	26/05/03
●	TCU Ministro VALMIR CAMPELO	27/05/03
●	ABIN Diretora–Geral Dra. MARISA DEL’ISOLA	03/09/03
●	CGU Ministro WALDIR PIRES	04/09/03
●	BACEN Presidente HENRIQUE MEIRELLES	09/09/03
●	INCRA Dr. ROLF HACKBART	11/09/03
●	STN Secretário JOAQUIM LEVY	15/09/03
●	INSS Dr. SÉRGIO FALCÃO	17/09/03



8. ENCONTRO NACIONAL



A Câmara promoveu o V Encontro Nacional nos dias 20, 21 e 22 de maio de 2003, no Auditório Juscelino Kubitschek da Procuradoria-Geral da República, em comemoração aos 10 (dez) anos da LC nº 75/93 – Lei Orgânica do Ministério Público da União.

Além do Seminário aberto à comunidade sobre “O Ministério Público no Combate à Corrupção em Defesa da Democracia”, do qual participaram cerca de 300 pessoas, foram realizadas reuniões destinadas exclusivamente aos Membros.

O Ministro do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, José Paulo Sepúlveda Pertence, proferiu a conferência de abertura sobre o tema: “O Ministério Público na Ordem Constitucional e Infraconstitucional – Retrospectiva e Perspectivas”.

Proferiram ainda palestra e participaram dos debates as seguintes autoridades:

- MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS
Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão
TEMA: “Controle Social e Políticas Públicas”

Debatedor:
JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ
Procurador Regional da República – PRR/1ª Região

- VALMIR CAMPELLO
Presidente do Tribunal de Contas da União
TEMA: "Tribunal de Contas da União e Ministério Público na Defesa do Patrimônio"

Debatedores:

ISABEL CRISTINA GROBA VIEIRA
Procuradora da República – PR/SP
FRANCISCO GUILHERME V. BASTOS
Procurador da República – PR/DF

- FRANCISCO WALDIR PIRES DE SOUZA
Ministro–Chefe da Controladoria–Geral da União
TEMA: "O Combate à Corrupção na Construção de uma Democracia para Todos"

Debatedores:

PAULO GUSTAVO GUEDES FONTES
Procurador da República – PR/SE
PAULO GILBERTO COGO LEIVAS
Procurador da República – PR/RS

- MARIA HELENA CISNE CID
Desembargadora Federal no TRF/2ª Região
TEMA: "Erradicar a Corrupção e a Impunidade: O Grande Desafio do Milênio"

- FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA
Juiz Federal no DF
TEMA: "Judiciário e Ministério Público: Novos Modelos Organizacionais Contra a Corrupção"

Debatedores:

RAQUEL BRANQUINHO PIMENTA MAMEDE NASCIMENTO
Procuradora da República – PR/DF
BRUNO ACIOLI
Procurador da República – PR/RJ
LUCIANO MARIZ MAIA
Procurador Regional da República – PRR/5ª Região

- RICARDO BERZOINI
Ministro da Previdência Social
(Representado pelo Secretário–Executivo do Ministério da Previdência Social)
TEMA: "Ministério Público e INSS: Integração no Combate às Fraudes"

Debatedor:

MARCELO DE FIGUEIREDO FREIRE
Procurador da República – PR/RJ



9. CONCURSO DE ARRAZOADOS JURÍDICOS



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
5ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

**CONCURSO DE
ARRAZOADOS JURÍDICOS**



**DEFESA DO
PATRIMÔNIO
PÚBLICO E SOCIAL**

**COMEMORAÇÃO AOS
10 ANOS DA LEI DE
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

Você que é membro do MPF, e ajuda a escrever
a história desta Instituição participe do
concurso de arrazoados jurídicos da 5ª CCR e
concorra a prêmios de até R\$ 10 mil.

Prazo final de inscrição: 25/11/2002



Informações:
5ª Câmara de Coordenação e Revisão - Patrimônio Público e Social.
Tel.: (61) 3031-6064 e (61) 3031-6063.
Email: 5camara@pgr.mpf.gov.br
Internet: www.pgr.mpf.gov.br/camaras/5camara/compcamara5.html
Edital publicado no DOU de 10/10/2002, seção 3, página 69.

Por ocasião do V Encontro Nacional, no dia 20 de maio de 2003, no Auditório Juscelino Kubitschek da Procuradoria-Geral da República, foi realizada a cerimônia solene de premiação dos seguintes classificados no Concurso de Arrazoados Jurídicos:

1º lugar:	Trabalho nº 24
Origem	Procuradoria da República no Estado do Paraná
Título	<i>Razões de apelação contra decisão judicial homologatória de transação extrajudicial entre concessionárias de rodovias contra Estado da Federação, em detrimento do patrimônio público.</i>
Autores	Fernando José Araújo Ferreira Januário Paludo Carlos Fernando dos Santos Lima
Pseudônimo	<i>"res publica"</i>
2º lugar:	Trabalho nº 17-A
Origem	Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo
Título	<i>Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa</i>
Autor	Edson Abdon Peixoto Filho
Pseudônimo	<i>Pino</i>

3º lugar:	empates:
	Trabalho nº 14
Origem	Procuradoria da República no Distrito Federal
Título	<i>Petição inicial de Ação de Improbidade Administrativa</i>
Autor	Andréa Lyrio de Mayer Soares Souza
Pseudônimo	RUMI
	Trabalho nº 4
Origem	Procuradoria da República no Estado de São Paulo
Título	<i>Razões de Apelação Criminal</i>
Autor	Janice Agostinho Barreto Ascari
Pseudônimo	<i>Fernando Pessoa</i>
	Trabalho nº 10
Origem	Procuradoria da República no Município de Ilhéus/BA
Título	<i>Inicial de ação civil pública em face de ato de improbidade administrativa na qual são abordados aspectos concernentes ao direito à saúde e ao SUS, inclusive com relação à competência da Justiça Federal.</i>
Autor	André Batista Neves
Pseudônimo	<i>Elliot</i>

O prazo para as inscrições encerrou-se no dia 18 de dezembro de 2002, totalizando 89 (oitenta e nove) trabalhos recebidos.

A Comissão julgadora do Concurso foi composta pelo Ministro CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO – do Supremo Tribunal Federal, pela Ministra ELIANA CALMON ALVES – do Superior Tribunal de Justiça e pelo Professor ROBERTO ARMANDO RAMOS DE AGUIAR – da Universidade de Brasília.



10. CONCURSO DE MONOGRAFIAS



A 5ª Câmara lançou o Concurso de Monografias “O Papel do Ministério Público no Combate à Corrupção”, com a finalidade de valorizar e premiar os trabalhos produzidos por Membros do Ministério Público, Magistrados, Advogados, Professores e outros profissionais que exerçam atividade jurídica de nível superior.

O Edital, contendo instruções detalhadas, foi encaminhado a todas as unidades do Ministério Público da União, dos Estados, Procuradores–Gerais dos diversos órgãos da administração, Seccionais da OAB, Universidades, Tribunais, entre outros; e publicado, na forma da lei, conforme procedimento efetuado pela Secretaria Administrativa e disponibilizado na Intranet Nacional, página da 5ª Câmara.

O prazo para as inscrições encerrou-se no dia 12 de dezembro de 2003, restando entregues 19 (dezenove) trabalhos.

A Comissão julgadora do Concurso foi constituída pela Portaria PGR nº 802 de 18.12.2003, composta pelo Ministro GILSON LANGARO DIPP – Ministro do Superior Tribunal de Justiça, pelo Doutor ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA – Subprocurador–Geral da República aposentado e pelo Ministro LUIZ VICENTE CERNICCHIARO – Ministro do Superior Tribunal de Justiça aposentado.

Os resultados foram divulgados em 27 de fevereiro de 2004 e os prêmios serão entregues em 20 de abril aos seguintes classificados:

1º lugar:	Trabalho nº 16
Título	<i>O Protagonismo do Ministério Público no Estado de Direito: A Cidadania Contra a Corrupção.</i>
Autor	Mário Pimentel Albuquerque
Pseudônimo	<i>Coriolano</i>
2º lugar:	Trabalho nº 8
Título	<i>O Papel do Ministério Público no Combate à Corrupção</i>
Autor	Humberto Jacques de Medeiros
Pseudônimo	<i>Crotallus Mandamus</i>
3º lugar:	Trabalho nº 13
Título	<i>O Combate à Corrupção no Mundo Contemporâneo e o Papel do Ministério Público no Brasil</i>
Autora	Márcia Noll Barboza
Pseudônimo	<i>Leviatã</i>



11. HOME PAGE



A 5ª Câmara, desde 2002, desenvolveu sua *home page*, disponibilizando aos Procuradores e cidadãos em geral informações relevantes, na sua área de atuação. Busca, ainda, com este serviço, subsidiar e divulgar o trabalho realizado pelo MPF na área do Patrimônio Público.

Neste sentido, as seguintes ações foram implementadas em 2003:

a) Atualização dos *links*:

- “Representantes”;
- “Grupos de Trabalho” (publicação de Atas e da composição dos grupos);
- “Boletins Informativos” (incluindo o Ofício nº 1320/2003/5ªCCR/MPF e Relatório de Atividades 2002);
- “Convênios e *Links*” (inserção do Guia das Informações sobre as ações do governo federal disponíveis na *Internet*);
- “Delegação de Competência” (publicação das Portarias PGR nºs 507 e 573/2003);
- “Orientações da Câmara” (inclusão dos documentos apresentados no II Curso de Iniciação de Procuradores da República – *slides* da apresentação e notas);
- “Seminários/Encontros” (publicação das informações relativas ao IV Encontro Nacional, em 2002, e V Encontro Nacional da Câmara do Patrimônio Público e Social e Seminário: “O

Ministério Público no Combate à Corrupção em Defesa da Democracia”, o qual teve todas as inscrições realizadas *on line*);

- “Catálogo de Ações”;
- “Concursos” (incluindo informações relativas ao Concurso de Arrazoados e Monografias);

- b) Agregação dos *links* “Atas de Distribuição” e “Atas de Reuniões” no *link* “Atas”;
- c) Inserção do item “Reuniões Interinstitucionais” na página principal, como forma de divulgação das audiências realizadas com dirigentes de Órgãos Públicos e das reuniões de trabalho MPF/INCRA/MDA;
- d) Reformulação do *link* “Fale Conosco”, com uso de um formulário mais claro e objetivo;



12. BANCO DE DADOS/CATÁLOGO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
5ª Câmara de Coordenação e Revisão
Patrimônio Público e Social

Catálogo de Procedimentos e Ações

Área de Patrimônio Público e Social

Edição 2003

2003 - CATÁLOGO DE PROCEDIMENTOS E AÇÕES DA ÁREA DE PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL p. 1

CLASSIFICAÇÃO	Nº PROCESSO	DATA INÍCIO/TERMINO	OPONENTE	ASSUNTO	RESULTADO
AC	2001.30.00.00128-6	4/5/1996 30/8/2001	Dr. Fernando Piazenski; e Dr. Marcus Vinícius Macedo	Afastamento de cargo.	Condenação em primeira instância, em sede de Ação Cautelar, ao afastamento das funções de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Acre até final julgamento da Ação de Improbidade cumulada com Ação Civil Pública.
AC	1999.30.00.000323-5	26/2/1999 14/1/2002	Dr. Fernando Piazenski; e Dr. Marcus Vinícius Macedo	Improbidade administrativa.	Condenação, em primeira instância, à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ao ressarcimento do erário, perda da função pública, suspensão, à multa civil e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios.
AC	1999.30.00.002091-1	14/10/1999 28/7/2000	Dr. Fernando Piazenski	Improbidade administrativa.	Condenação em primeira instância, com o deferimento do pedido feito pelo MPF. Apelação interposta pelo Réu.
AC	1999.30.00.002713-0	21/12/1999 14/8/2002	Dr. Fernando Piazenski; e Dr. Marcus Vinícius Macedo	Improbidade administrativa.	Condenação em primeira instância, ao ressarcimento do erário, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por 5(cinco) anos, à multa civil e proibição de contratar com o Poder Público, receber benefícios ou incentivos fiscais pelo prazo de 5(cinco) anos.
AC	2002.30.00.001062-0	1/7/2002	Dr. Fernando Piazenski	Improbidade administrativa.	Processo em andamento.
AC	2002.30.00.001128-0	8/7/2002	Dr. Fernando Piazenski	Improbidade administrativa.	Processo em andamento.
AC	2002.30.00.001367-1	28/8/2002	Dr. Fernando Piazenski	Improbidade administrativa.	Processo em andamento.
AC	2002.30.00.001568-1	23/9/2002	Dr. Fernando Piazenski	Ação Civil Pública cumulada com Ação de Improbidade Administrativa	Processo em andamento.

A Câmara dando continuidade ao projeto do Catálogo de Procedimentos e Ações implementado em 2002, solicitou novamente a todos os Membros que oficiam na área do patrimônio público que complementassem os dados já existentes no catálogo anterior, que está inclusive disponibilizado no site, corrigindo ou atualizando os dados.

Destaca-se também os esforços desenvolvidos na implantação do Banco de Dados de ações na área do Patrimônio Público, com a inclusão das iniciais das ações, o que permitirá auxiliar o trabalho dos Membros como fonte de consulta, referência e orientação.

A concretização desse projeto está prevista para os anos de 2004/2005.



13. CONVÊNIOS

13.1. Existentes

Caixa Econômica Federal – CEF

Objeto: Possibilitar o acesso às informações registradas no Sistema Nacional de Pesquisa de Custas e Índices da Construção Civil – SINAPI.

Secretaria da Receita Federal – SRF

Objeto: Fornecimento, por parte da Secretaria da Receita Federal – SRJ, de dados cadastrais em todos os âmbitos do MPF, nos termos das Instruções Normativas n^{os} 19 e 20, de 17 de fevereiro de 1998.

Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO

Objeto: Implementação, operacionalização e manutenção do Serviço de Gerenciamento de Interconexão de Redes de interesse do MPF, para o acesso contínuo, *on line*, de dados cadastrais CPF e CNPJ, bem como de bases de dados autorizadas pelos seus respectivos gestores.

Tribunal de Contas da União – TCU

Objeto: Estabelecer formas de cooperação no sentido de dinamizar o cumprimento do disposto no artigo 129, incisos I, III, VI e VIII e no artigo 71, inciso VIII da CF/88, e realizar treinamentos, intercâmbio de informações e outras ações conjuntas.

13.2. Implementados

Agência Brasileira de Inteligência – ABIN

Objeto: Cooperação técnica recíproca em áreas de interesse e competência das partes convenientes, e a aplicação de cursos de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos do Ministério Público.

Controladoria-Geral da União – CGU

Objeto: Ampliar a articulação, a integração e o intercâmbio entre os partícipes, visando à maior efetividade na proteção do patrimônio público..

Ministério da Defesa – Comando do Exército

Objeto: Cooperação em atividades de engenharia civil, realizando estudos, pesquisas e laudos periciais que permitam subsidiar e apoiar tecnicamente os trabalhos do MPF, relativos ao Patrimônio Público e Social.

13.3. Em fase de Renovação

Banco Central do Brasil – BACEN

Objeto: Atuação Conjunta do MPF e do BACEN, visando a elaboração de análises e laudos técnicos destinados a subsidiar os Membros do MPF

em matérias que envolvam o mercado financeiro e de capitais, bem como os consórcios para aquisição de bens duráveis.

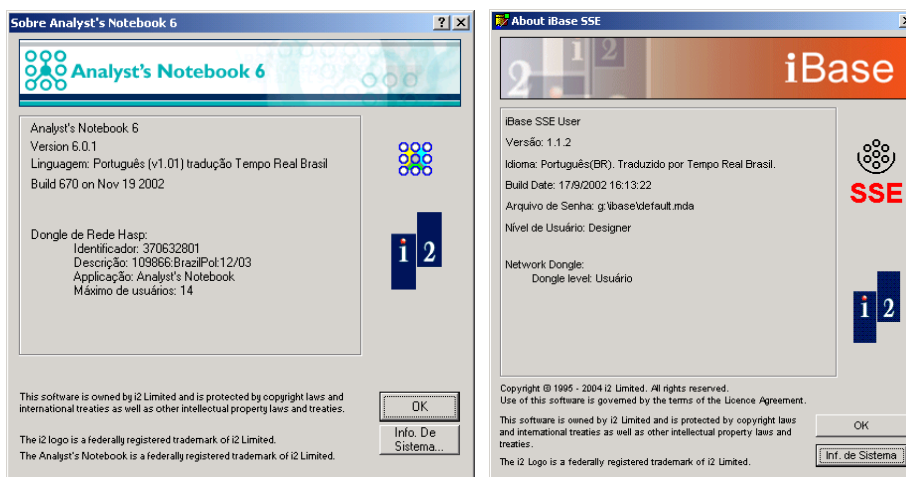
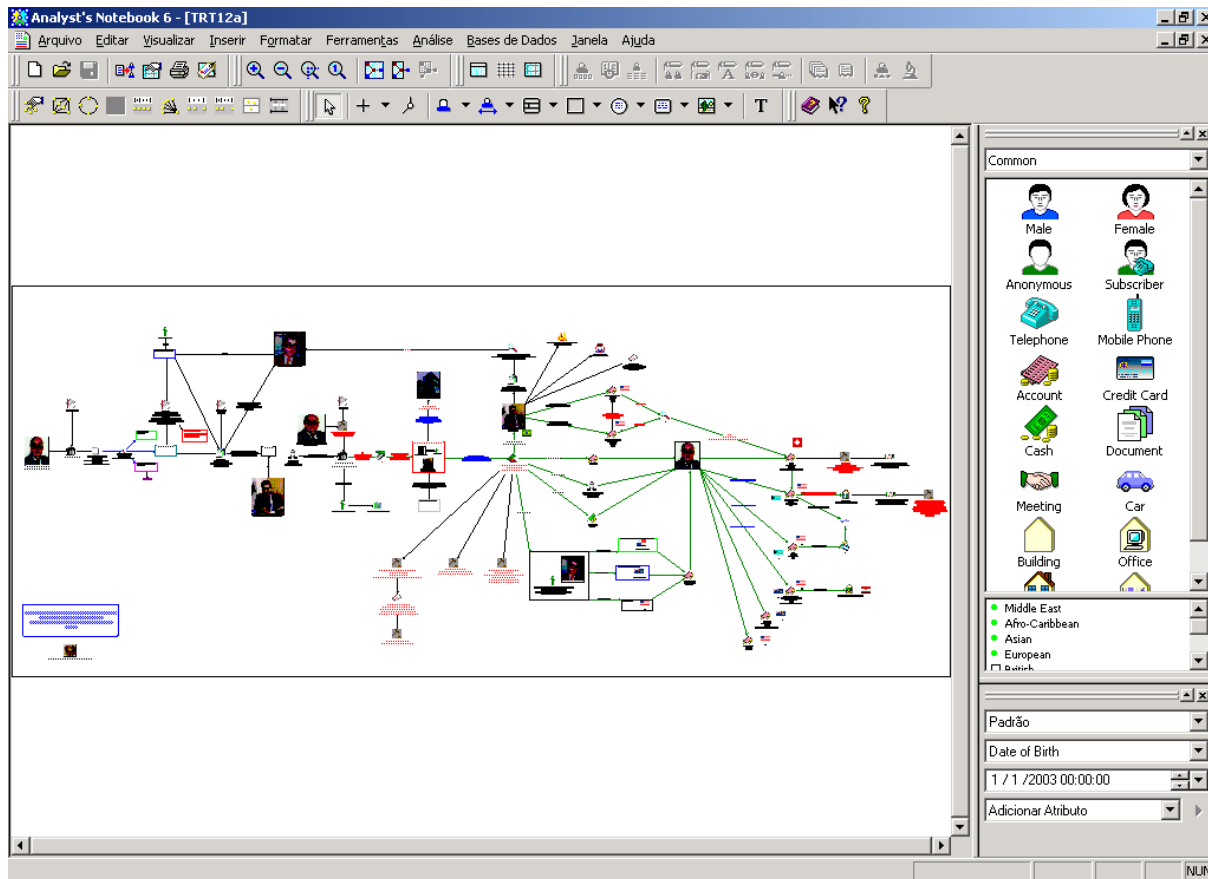
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Objeto: Cooperação Técnico–financeira e operacional voltada para o desenvolvimento de estudos, projetos ou atividades de interesse comum nas questões agrárias, no âmbito de suas respectivas competências.



14. SISTEMAS DISPONÍVEIS

14.1. ANALYST'S NOTEBOOK e IBASE



Devido ao grande volume de informações em análise econômico-financeira que envolve quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, a 5ª Câmara, desde 2001, vinha solicitando ao Procurador-Geral a aquisição e implantação de um sistema de metodologia de análise de dados que possibilitasse o cruzamento de informações, a ser adotado como padrão em todo o Ministério Público Federal, o que finalmente ocorreu em 2003, após ser testado pelos técnicos da 5ª CCR e da Secretaria de Informática.

Foram realizados estudos e avaliações com casos concretos, tais como inquéritos em análise na 5ª CCR e em tramitação na PR/PR relativos a lavagem de dinheiro via contas CC5. Os testes foram considerados satisfatórios tanto pelos Procuradores, como pelos técnicos envolvidos.

Em face das restrições orçamentárias, inicialmente só puderam ser adquiridas 4 (quatro) licenças: 2 (duas) do *Analyst's Notebook*, 1 (uma) do *iBase SSE User*, 1 (uma) do *iBase SSE Designer*.

Foram adquiridos também 2 (dois) módulos de treinamento: do primeiro, realizado de 29.09.2003 a 10.10.2003, participaram 12 (doze) Procuradores e Servidores do DF, RJ, SP, PR e 5ª CCR; o segundo, destinado a técnicos de informática, foi realizado no período de 13.10.2003 a 17.10.2003, com a presença de 9 (nove) Servidores do DF, RJ, SP, PR, 5ª CCR e SI, além de 2 (dois) Servidores da Polícia Federal. Os treinamentos foram realizados no edifício sede da PGR.

14.2. Outros Sistemas

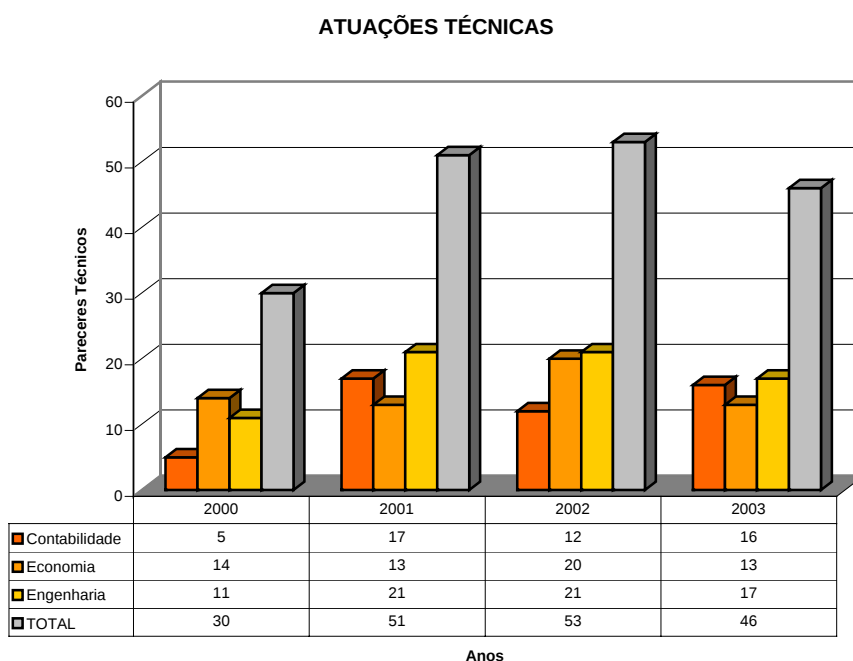
A Câmara tem, ainda, disponibilizado para acesso aos Membros os seguintes sistemas:

- ATUALIZA
- CORMONET
- CPF e CNPJ
- SIAFI
- SINAPI
- SISBACEN

As informações completas para acessá-los estão na “home page” da Câmara.

15.1. DEMONSTRATIVOS – Tabelas e Gráficos

Embora contando com um número reduzido de profissionais nas áreas solicitadas, a quantidade de casos encaminhados a Câmara, para elaboração de pareceres técnicos, tem crescido nos últimos anos, como demonstrado nos seguintes gráficos:



15.2. TRABALHOS DESTACADOS

Assessoria Técnica – Contabilidade

- MPF/PGR 08100.002751/9712 – Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. – ELETROSUL. Análise da renegociação dos contratos de fornecimento de equipamentos e execução de serviços relacionados à construção das Usinas Termelétricas (UTES) Jorge Lacerda IV e Jacuí I no Estado de Santa Catarina.
Solicitante: Samantha Chantal Dobrowolski – PR/SC. (Informação nº 011/2003).
- MPF-PR/DF 08106.000252/99-94 – Governo do Distrito Federal (GDF) – Notícia de ausência de aplicação na conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério da parcela de 15% do Imposto sobre Circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.
Solicitante: Humberto Jacques de Medeiros. (Parecer Técnico nº 012/2003).
- MPF/PGR 08100.009007/99-11 – Governo do Estado do Amazonas – denúncia da redução do produto da receita de ICMS destinada aos municípios do Estado mediante a contabilização indevida de fundos e programas de incentivo fiscal: FMPES e FTI.
Solicitante: Subprocuradora-Geral da República Sandra Verônica Cureau. (Nota Técnica nº 006/2003).
- Dossiê nº 826/5ª CCR – Ministério da Educação e do Desporto – denúncia de irregularidades no Convênio nº 203/96, celebrado entre o extinto Instituto do Desenvolvimento do Desporto – INDESP e a Confederação Brasileira de Triathlon – CBTri.
Solicitante: Márcio Andrade Torres. (Nota Técnica nº 002/2003).
- MPF/PGR 08100.007812/99-46 – Instituto de Seguridade da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC de Seguridade Social – CEPLUS. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias de irregularidades nas entidades de previdência privada.
Solicitante: Márcio Andrade Torres. (Nota Técnica nº 001/2003).
- MPF-PR/CE 08105.001054/00-63. Concessão de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES à Empresa KLP – Empreendimentos Agroindustrial Ltda. Cumprimento à determinação do Tribunal de Contas da União – TCU, contida no item 9.6.2 do Acórdão nº 610/2003, plenário.
Solicitante: Alessandro Wilckson Cabral Sales – PR/CE. (Laudo Pericial nº 001/2003).
- Ação Cautelar nº 2002.34.00.000970-0. Produção de provas em investigação de possível prática de atos de improbidade de ex-diretores do fundo de pensão da Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF.
Solicitante: Marcus da Penha Souza Lima – PR/DF. (Informações nºs 013/2003 e 056/2003; Parecer Técnico nº 009/2003).

- Procedimento Administrativo nº 1498/2001 – PRDC/SC. Acompanhamento dos repasses de recursos do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN ao Estado de Santa Catarina.
Solicitante: Samantha Chantal Dobrowolski – PR/SC. (Informação nº 030/2003).
- MPF–PR/PR 1.25.000.002380/2003–43. Índícios de irregularidades envolvendo a aplicação de recursos oriundos de convênios celebrados entre a Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand e o Governo Federal.
Solicitante: Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos – PRM/Umuarama/PR. (Informação nº 44/2003).
- Dossiê nº 861/5ª CCR. Inquérito Administrativo CVM nº 08/01. Investidores residentes e domiciliados no Brasil com aplicações no Opportunity Fund – fundo destinado à aplicação de recursos de estrangeiros.
Solicitante: Luiz Francisco Fernandes de Souza – PR/DF. (Parecer Técnico nº 005/2003).
- Dossiê CODID nº 942/97–MPF/SC. Análise da prestação de contas do “Vestibular 1998” da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.
Solicitante: Samantha Chantal Dobrowolski – PR/SC. (Parecer Técnico nº 019/2003).
- Procedimento Administrativo nº 170/02–PRDC/SC. Análise da prestação de contas dos repasses de recursos federais em 2001 e 2002 para o Município de Tijucas/SC relativos ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.
Solicitante: Samantha Chantal Dobrowolski – PR/SC. (Parecer Técnico nº 021/2003).
- MPF–PR/SC 08122.002034/99–50. Análise do contrato de prestação de serviços nº PND/TP–03/97 da empresa Bianchessi & Cia Auditores pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
Solicitante: Samantha Chantal Dobrowolski – PR/SC. (Parecer Técnico nº 025/2003).
- Dossiê nº 923/5ª CCR. Análise da auditoria dos convênios celebrados entre a Prefeitura Municipal de Rio Branco no Acre e a FUNASA realizada pelo Tribunal de Contas da União e FUNASA.
Solicitante: Fernando José Piazenski – PR/AC. (Parecer Técnico nº 029/2003).
- MPF/PGR 1.00.000.007323/2003–74. Análise dos pareceres prévios pela não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu (RJ), relativas aos exercícios de 1998 e 2001, do ex–prefeito e atual deputado federal, o Exmo. Sr. Nelson Roberto; exame da auditoria da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA na aplicação de recursos do Teto Financeiro de Epidemiologia e Controle de Doenças – TFECD no Município de Nova Iguaçu (RJ).
Solicitante: Exmo. Sr. Procurador–Geral da República. (Parecer Técnico nº 040/2003).

Assessoria Técnica – Economia

- Dossiê nº 885/5ª CCR. Assessoria no rastreamento bancário determinado no Inquérito nº 302, relativo a fatos que também são objeto de investigação no âmbito da Representação nº 225/99. Toda a documentação bancária passou por processos de digitalização, sistematização em planilhas eletrônicas, gerando dados segundo filtros estabelecidos para as análises. Material repassado diretamente ao Banco Central para continuidade dos exames e complementação de documentos.
Solicitantes: Subprocuradora-Geral da República Cláudia Sampaio Marques e Isabel Cristina Groba Vieira – PR/SP. (Informação nº 002/2003).
- Dossiê nº 856/5ª CCR. Análise quanto aos cálculos apresentados no valor de R\$ 1.125.595,10 pertinentes ao processo de Execução Diversa por Título Judicial nº 2000.41.00.005327-1.
Solicitante: Francisco Marinho – PR/RO. (Parecer Técnico nº 011/2003).
- Dossiê nº 952/5ª CCR. Auxílio técnico na elaboração de cálculos de atualização monetária em feito de desapropriação em trâmite no Tribunal Federal Regional da 1ª Região.
- Solicitante: Odin Bransão Ferreira – PRR/1ª Região. (Informação nº 034/2003).
- MPF/PGR 1.00.000.001852/2003-10. Execução Diversa por Título Judicial nº 2002.30.00.000114-2, em curso na 1ª Vara da Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado do Acre. Precatório nº 01/2003-1ª Vara, Crédito Alimentar.
Solicitante: José Leão Júnior – PR/AC. (Parecer Técnico nº 010/2003).
- Dossiê nº 649/5ª CCR. Revisão dos cálculos referentes a Ação de Desapropriação nº 00.0002624-7, conexa aos Processos nº 1999.41.00.000425-0, execução diversa por título judicial, 91.0000825-7, execução diversa por carta e 1999.41.00.001116-8, embargos a execução, em curso na 1ª Vara da Seção Judiciária da Justiça Federal de Rondônia.
Solicitante: Francisco Marinho – PR/RO. (Parecer Técnico nº 023/2003).
- Dossiê nº 921/5ª CCR. Conferência dos cálculos referentes ao Processo nº 00.0036143-7, execução diversa por Título Judicial, em curso na Justiça Federal de Marabá-PA.
Solicitante: Eloisa Helena Machado – PRM/Marabá/PA. (Parecer Técnico nº 026/2003).
- Dossiê nº 933/5ª CCR. Análise das garantias referentes as operações de empréstimo efetuado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e de venda a termo pela BNDESPAR, subsidiária integral do BNDES, de ações da Eletropaulo Metropolitana – Eletricidade de São Paulo S.A.
Solicitante: José Roberto Pimenta Oliveira – PR/SP. (Parecer Técnico nº 039/2003).

- Dossiê nº 943/5ª CCR. Análise dos dados do sigilo bancário e fiscal das pessoas físicas investigadas no Procedimento Criminal Diverso nº 2002.72.02.005143-0, em curso na Justiça Federal Seção Judiciária de Santa Catarina.
Solicitante: Pedro Antônio Roso – PRM/Chapecó/SC. (Parecer Técnico nº 044/2003).

- Dossiê nº 937/5ª CCR. Concessão de aproveitamento hidrelétrico (AHE) do Complexo Energético Capim Branco composto pelos empreendimentos Capim Branco I e II, localizados no Rio Araguari, nos municípios de Araguari e Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.
Solicitante: Cléber Eustáquio Neves – PRM/Uberlândia/MG. (Informação nº 027/2003).

- Dossiê nº 957/5ª CCR. Solicitação do Exmo. Sr. Procurador da República no Estado de Roraima Dr. Carlos Fernando Mazzoco, para que seja efetuado cálculos de correção monetária e juros, referentes a Ação Civil Pública nº 95.0000359-7.
Solicitante: Carlos Fernando Mazzoco – PR/RR. (Informação nº 036/2003).

- Dossiê nº 945/5ª CCR. Grupo de Trabalho Licitações e Obras Públicas. Mapeamento dos canais de transferências de recursos federais. Recursos destinados às Rodovias Federais pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), autarquia do Ministério dos Transportes.
Solicitante: Grupo de Trabalho Licitações e Obras Públicas conforme a Ata da Segunda Reunião, ocorrida no dia 10 de junho de 2003 (Informação nº 028/2003).

- MPF-PR/SC 08122.001069/98-18. Indícios de retenção dolosa de produtos, principalmente GLP (gás de cozinha) e gasolina, pelas distribuidoras, quando da greve dos petroleiros em maio de 1995.
(Nota Técnica nº 13/2003).

- Processo nº 1997.39.00.003774-0. Análise contábil dos cálculos elaborados pela Contadoria do Juízo Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional nos Autos da Execução Diversa movida por EIDAI DO BRASIL MADEIRA S/A em face da UNIÃO FEDERAL
(Parecer Técnico nº 17/2003).

- Dossiê nº 910/5ª CCR. Análise dos dados bancários, fiscal e telefônico, referentes ao processo nº 2002.34.00.020125-9, 4 volumes, desmembrado do processo nº 2002.34.00.017837-9, com 13 volumes, o qual tem como processo principal o de nº 2002.34.00.014875-0, registrada na 10ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal.
(Informação nº 09/2003).

- Procedimento Extra Judicial nº 001/1996/MP/PJ/DC/PP. Desvio de recursos em transações financeiras efetuados no Banco do Estado do Pará – BANPARÁ, lesão residual ao patrimônio Público Federal, processo MPF/PGR 1.00.000.005630/2001-12.
(Informação nº 54/2003).

Assessoria Técnica – Engenharia Civil

- Dossiê nº 905/5ª CCR. Elaboração de quesitos relativos ao contrato de locação celebrado entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a empresa STYLOS Engenharia Ltda., em Brasília/DF.
Solicitante: Raquel Branquinho P. Mamede Nascimento – PR/DF. (Parecer Técnico nº 008/2003).
- Dossiê nº 912/5ª CCR. Inspeção técnica visando apurar possíveis falhas construtivas no Condomínio Alto da Cachoeirinha, em Salvador/BA.
Solicitante: Subprocuradora-Geral da República Maria Caetana Cintra Santos. (Parecer Técnico nº 014/2003).
- Dossiê nº 911/5ª CCR. Inspeção técnica visando apurar possíveis falhas construtivas no Conjunto Habitacional Francisco Pinto, em Feira de Santana/BA.
Solicitante: Subprocuradora-Geral da República Maria Caetana Cintra Santos. (Parecer Técnico nº 015/2003).
- Dossiê nº 913/5ª CCR. Perícia *in loco* e análise técnica de documentos visando apurar indícios de irregularidades na Construção da Penitenciária Irmão Guido, em Teresina/PI.
Solicitante: Kelston Pinheiro Lages – PR/PI. (Pareceres Técnicos nºs 018 e 022/2003).
- Dossiê nº 935/5ª CCR. Análise técnica do Edital da Concorrência Pública nº 01/2003 promovida pelo Ministério da Justiça, relativo à construção de Unidade de Penitenciária Federal em Campo Grande/MS.
Solicitante: Danilce Vanessa Arte O. Camy – PR/MS. (Parecer Técnico nº 027/2003).
- Dossiê nº 780/5ª CCR. Análise técnica de documentos relativos ao Contrato nº 19/96, celebrado entre o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins e a empresa Modular Arquitetura para a Vida Ltda.
Solicitante: Mário Lúcio de Avelar – PR/TO. (Parecer Técnico nº 028/2003).
- Dossiê nº 918/5ª CCR. Parecer relativo à correta aplicação dos índices técnicos na elaboração dos laudos de avaliação da “Fazenda Castanhal Capinal ou Belo Mirar”, localizada em Eldorado dos Carajás/PA, visando instruir a ação de desapropriação nº 2000.39.01.00212-1.
Solicitante: José Nilson de Liro – PRM/Marabá/PA. (Parecer Técnico nº 030/2003).
- MPF-PR/DF 08106.000757/98-50 (Dossiê nº 820/5ª CCR). Análise técnica para apurar indícios de malversação de recursos federais nas obras do Colégio Militar Dom Pedro II, em Brasília-DF.
Solicitante: Raquel Branquinho P. Mamede do Nascimento – PR/DF. (Parecer Técnico nº 031/2003).

- Dossiê nº 930/5ª CCR. Laudo conclusivo referente à avaliação da “Fazenda Agropecuária Mercedina”, localizada em Bataiporã/MS, visando instruir a ação de desapropriação nº 95.0006254–2.
Solicitante: Ramiro Rockenbach da Silva – PRM/Dourados/MS. (Parecer Técnico nº 033/2003).

- Dossiê nº 931/5ª CCR. Laudo conclusivo referente à avaliação da “Fazenda Bonsucesso/Fortaleza/Passa Tempo”, localizada em Rio Brilhante/MS, visando instruir a ação de desapropriação nº 199.60.02.001495–3.
Solicitante: Ramiro Rockenbach da Silva – PRM/Dourados/MS. (Parecer Técnico nº 034/2003).

- Dossiê nº 950/5ª CCR. Análise técnica de documentos relativos à obra de duplicação da rodovia federal BR–316 entre os municípios de Castanhal e Belém/PA.
Solicitante: Patrick Salgado Martins – PR/PA. (Parecer Técnico nº 035/2003).

- Dossiê nº 970/5ª CCR. Perícia *in loco* e resposta a quesitos relativos à obra de construção do Edifício–Sede da Procuradoria da República em Goiás.
Solicitante: Rosângela Pofahl Batista – PR/GO. (Pareceres Técnicos nºs 038 e 042/2003).

- MPF–PRM/Sorocaba/SP 1.34.016.000179/2003–43. Apuração de irregularidades na obra de execução do Edifício da Caixa Econômica Federal – CEF, em Sorocaba/SP.
Solicitante: Vinicius Marajó Dal Secchi – PRM/Sorocaba/SP. (Parecer Técnico nº 041/2003).

- Dossiê nº 974/5ª CCR. Análise técnica do Edital de Pré–Qualificação da Concorrência nº 003/DAAG/SBGO/2003, relativo à execução das obras e serviços de engenharia no Aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia/GO.
Solicitante: Hélio Telho Corrêa Filho – PR/GO. (Parecer Técnico nº 043/2003).

- Dossiê nº 971/5ª CCR. Esclarecimento acerca das perícias técnicas a serem realizadas no Conjunto Habitacional Francisco Pinto, Feira de Santana/BA e no Condomínio Alto da Cachoeirinha, Salvador/BA.
Solicitante: Senhor Secretário–Geral do MPF Rodrigo Janot Monteiro de Barros. (Parecer Técnico nº 045/2003).

- Dossiê nº 932/5ª CCR. Apuração de irregularidades na construção do edifício sede do Programa Interlegis, em Brasília/DF, realizada por meio de contrato firmado entre a empresa Delta Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. e o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN.
Solicitante: Luiz Francisco Fernandes Souza – PR/DF. (Informação nº 019/2003).

- MPF–PR/DF 1.16.000.000461/2003–18. Análise técnica para apurar possíveis irregularidades na Tomada de Preços nº 005/2002 realizada pelo Ministério das Relações Exteriores.

Solicitante: Raquel Branquinho P. Mamede Nascimento – PR/DF.
(Informação nº 023/2003).

- MPF–PR/GO 1.18.000.008684/2001–97. Análise técnica de documentos referentes às obras de reforma executadas no Setor de Assistência Odontológica do TRT 18ª Região/GO.
Solicitante: Hélio Telho Corrêa Filho – PR/GO. (Informação nº 024/2003).
- Dossiê nº 811/5ª CCR. Apuração de irregularidades nas obras realizadas nas Rodovias Federais BR–230, BR–242, BR–235, BR–153 e BR–010 no Estado do Tocantins.
Solicitante: Mário Lúcio de Avelar – PR/TO. (Informação nº 029/2003).
- Dossiê nº 799/5ª CCR. Complementar a análise técnica de documentos referentes à obra de reforma do edifício da Gerência Estadual do Ministério da Saúde em Goiás.
Solicitante: Hélio Telho Corrêa Filho – PR/GO. (Informação nº 046/2003).
- Dossiê nº 432/5ª CCR. Análise técnica de eventual superdimensionamento nos itens cotados na licitação referente à implantação do Projeto de Irrigação Luís Alves do Araguaia.
Solicitante: Hélio Telho Corrêa Filho – PR/GO. (Informação nº 047/2003).
- MPF–PRM/UMR/PR 1.25.000.002380/2003–43. Auditoria pericial de engenharia objetivando a apuração de eventuais irregularidades e malversação de recursos federais nas obras do Parque Ecológico do Município de Assis Chateaubriand/PR.
Solicitante: Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos – PRM/UMR/PR. (Informação nº 049/2003).
- Dossiê nº 985/5ª CCR. Orientação sobre o procedimento a ser adotado quanto à fiscalização do emprego regular de verbas públicas nas obras de infra-estrutura no município de Umaté/AM.
Solicitante: Eduardo Barragan S. da Motta – PR/AM. (Informação nº 055/2003).

Assessoria Técnica – Informática

Esta área foi implantada em 2002 e tem, dentre outras atribuições, o cadastramento e a reativação de senhas no sistemas gerenciados pela 5ª Câmara (SIAFI, CPF/CNPJ – SRF, SISBACEN), que demandam um considerável esforço, tendo em vista o incremento de usuários cadastrados em cada um dos sistemas, em especial o da Secretaria da Receita Federal. Um dos maiores problemas observados têm sido o esquecimento de troca de senhas, pois as mesmas tornam-se inativas se não forem substituídas em um prazo máximo de 30 dias. Nesse sentido, observa-se um aumento de 106,67% nas solicitações de cadastramento e reativação quando comparadas ao ano anterior. Para obtenção de um controle adequado, foi desenvolvido um sistema dos usuários cadastrados que possibilita diversas informações como dados básicos dos usuários, quais os sistemas cadastrados, quantidade de reativações solicitadas e em que data foram efetuados o cadastramento e as reativações.

Em conjunto com a Secretaria de Informática foi desenvolvido um sistema que possibilitou o início da implantação do Banco de Dados de Ações na Área do Patrimônio Público e Social, que disponibiliza o inteiro teor das ações. Por outro lado, a modernização de manutenção da página da 5ª Câmara e a atualização do catálogo de procedimentos e ações ficou totalmente ao encargo desta Assessoria.

Embora ainda desconhecido de muitos Membros e faça parte da equipe o único perito em informática do MPF, foram realizados ainda os seguintes atendimentos aos Membros:

- Dossiê nº 883/5ª CCR. Caso SPEEDY. Ação Civil Pública 2002.61.08.004680–9, junto à 3ª Vara Federal de Bauru/SP. Solicitante: Pedro Antonio de Oliveira Machado – PRM/Bauru/SP. (Elaboração de quesitos para resposta pelo Perito Oficial).
- Dossiê nº 884/5ª CCR. Aquisição dos softwares *Analyst's Notebook* e *iBase*. (Informações nºs 15, 18, 22 e 25/2003).
- Caso Força Tarefa CC5. Análise de dados e geração de relatórios com o uso dos softwares *Analyst's Notebook*, *iBase*, *Excel* e *Access*. Solicitantes: Dr. Januário Paludo, Dr. Rodrigo Ramos da Silva, Dr. Carlos Fernando dos Santos Lima e Dr. Márcio Barra Lima.
- MPF/PGR 1.00.000.005378/2003–03. Caso Força Tarefa CC5. Solicitantes: Procuradora–Chefe no Estado do Paraná e Membros da FT CC5. (Informação nº 12/2003).

Assessoria Técnica – Processual

Esta área em 2002, embora reduzida no final do ano, contou com 4 bacharéis em Direito e 2 estagiários, que muito contribuíram no exame prévio dos processos submetidos à apreciação do Colegiado.

Esta assessoria também foi responsável pela organização e alimentação da parte sobre leis, jurisprudência e doutrina existente na *home page* da Câmara.

Entretanto, carece atualmente de uma reestruturação, de analistas na área processual e destinação de funções de assessoria para atendimento a cada um dos Membros do Colegiado.



16. RECURSOS SOLICITADOS PELA CÂMARA

Com a finalidade de assegurar as condições mínimas ao bom andamento dos trabalhos da Câmara, foi solicitado o fornecimento dos seguintes recursos:

Área de Informática

- Aquisição de 07 (sete) microcomputadores novos;
- Aquisição do software Analyst Notebook;
- Desenvolvimento de software específico para auxílio às investigações (Sherlock) de quebra de sigilo bancário;
- Renovação da Licença de Uso do Software ATUALIZA; e
- Substituição de 02 (dois) monitores de vídeo, que estão totalmente inadequados.

Área de Pessoal

Lotação na 5ª CCR dos seguintes servidores:

● Analista Pericial em Contabilidade	01
● Analista Pericial em Economia	01
● Analista Pericial em Engenharia Agrônômica	01
● Analista Pericial em Engenharia Civil	01
● Analista Processual	03
● Técnico Administrativo	06

Destaca-se também o pedido para o aumento do número de funções comissionadas, inclusive para atender aos Membros do Colegiado.

Área de Material

- 01 (um) aparelho de som com CD e fita cassete;
- 01 (uma) câmera fotográfica automática, com datador; e
- 01 (uma) câmera fotográfica digital.



17. PROGRAMAÇÃO PARA 2004

O programa de trabalho da Câmara para atingir os seus objetivos precípuos, ou seja, de coordenação, integração, revisão e orientação, estabeleceu as seguintes metas para 2004:

- a) Implementação da Base de dados
- b) Edição atualizada do Catálogo de Procedimentos e Ações
- c) Publicação dos Anais dos Congressos
- d) Publicação dos Trabalhos dos Concursos
- e) Promoção de Encontros e Seminários Nacionais e Regionais
- f) Uniformização de procedimentos
- g) Realização de Reuniões Temáticas
- h) Implementação de Novos Convênios
- i) Aprimoramento das Relações Institucionais, inclusive Intercameral, e Interinstitucionais
- j) Aperfeiçoamento de Membros e servidores mediante a participação em Cursos e Seminários
- k) Racionalização do Trabalho
- l) Aumento dos Recursos Humanos
- m) Atualização de Equipamentos e de Softwares



